

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Camila Neves da Silva

**AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: AS VISITAS *IN LOCO* NA PERCEPÇÃO
DOS BIBLIOTECÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL**

**Porto Alegre
2016**

Camila Neves da Silva

**AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: AS VISITAS *IN LOCO* NA PERCEPÇÃO
DOS BIBLIOTECÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado para a
obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia
do Departamento de Ciências da Informação da
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de
Sousa

Porto Alegre
2016

Camila Neves da Silva

**AVALIAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: AS VISITAS *IN LOCO* NA PERCEPÇÃO
DOS BIBLIOTECÁRIOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
SUL**

Trabalho de Conclusão apresentado a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do Grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: 06 de Dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Silva Caxias de Sousa
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Ma. Valéria Raquel Bertotti
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Esp. Ketlen Stueber
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À Mãe, ao Dindo e à Dinda (*in memoriam*)
que são um pedacinho de Deus comigo
aqui na Terra. Todo o meu amor e meu
agradecimento eterno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente as pessoas mais importantes da minha vida: a minha Mãe e o meu Dindo, pela criação e amor dados até hoje. Aproveito para pedir desculpas pelas vezes que estive ausente enquanto escrevia esse tão temido e aguardado trabalho e por ele ter demorado alguns anos. Não posso me esquecer da Dinda, que não teve tempo de me ver formada, mas tenho certeza que ela está na torcida lá de cima. Obrigada! Sem vocês na minha vida, eu não seria nada!!

Agradeço à Lúcia, uma irmã que a vida me deu, aquela que é mais que uma amiga, mais que uma irmã e que faz parte da minha “mini family”, assim como eu faço da dela e agradeço ao Sérgio também, por toda a ajuda e porque sempre estão ali quando eu preciso.

Agradeço às Redel, que me acolheram com uma delas, e que sempre estão ali quando eu preciso: Papa, Luana, Coti, Vó Renilda e Tia Ia, estou falando de vocês aqui.

Agradeço aos anjos Iara e Roberta, que estavam comigo nos últimos momentos “desesperadores” deste trabalho, me ajudando de todas as maneiras possíveis.

Agradeço aos amigos que aguentaram mais um sumiço da minha parte, mas agora por um bom motivo. Sei que muitos não acreditavam que esse momento chegaria, mas cá estamos. Eu não citarei ninguém, pois certamente esquecerei algum nome e para evitar “climão”, vocês sabem que esse agradecimento é para vocês.

Agradeço ao Tata, que não poderia ter sido um melhor “pai”, mesmo sem nunca ter sido.

Agradeço ao Lóio, que fazia companhia para a mãe, enquanto eu estava ocupada escrevendo este trabalho.

Ao querido Professor Pedra, que foi o maior incentivador deste trabalho e que só vai ter conhecimento dele agora, depois de pronto.

Agradeço ao Caxias por toda a paciência.

Agradeço à Viviane Carrion por toda a ajuda dada, todas as vezes que solicitei.

Agradeço à Ana Moura por ter acreditado e dado todo o apoio necessário.

Para todos vocês, deixo aqui meu MUITO OBRIGADA!!

“As Universidades serão o que são suas Bibliotecas.”

(Gelfand, 1968)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa as percepções acerca das visitas do Ministério da Educação (MEC) e suas implicações nas rotinas das Bibliotecas Universitárias Setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na visão de seus bibliotecários. Aborda, inicialmente, a educação superior brasileira, fazendo um breve histórico, a avaliação institucional com seus conceitos, bibliotecas universitárias, avaliação do MEC e sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa se deu por meio de um estudo bibliográfico e de um instrumento de coleta de dados enviados aos bibliotecários da UFRGS, por *e-mail*. A partir da análise de dados, através dos discursos dos entrevistados, concluiu-se que a avaliação das bibliotecas universitárias pelo Ministério da Educação é um processo subjetivo que muda de acordo com o avaliador e de acordo com a biblioteca visitada. Propõe-se que é necessário um contato maior entre professores e bibliotecários, para que os itens avaliados, como bibliografia básica, bibliografia complementar e os periódicos especializados, estejam atualizados de acordo com os Planos Pedagógicos dos Cursos, itens que constam no instrumento de avaliação.

Palavras-chave: Avaliação de Bibliotecas. MEC. Educação Superior. Gestão de Bibliotecas.

RESUMEN

Este trabajo de conclusión de curso analiza las percepciones a cerca de las visitas del *Ministério da Educação* (MEC) y sus implicaciones en las rutinas de las Bibliotecas Universitarias Sectoriales de la *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS), en la visión de los bibliotecarios. Aborda, inicialmente, la educación superior brasileña, haciendo un breve histórico, la evaluación institucional con sus conceptos, las bibliotecas universitarias, la evaluación del MEC y sobre la *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. La investigación fue por medio de un estudio de caso bibliográfico y de un instrumento de recolecta de datos enviados a los bibliotecarios de la UFRGS, por correo electrónico. A partir del análisis de los datos, a través de los discursos de los entrevistados, se concluyó que la evaluación de las bibliotecas universitarias por el *Ministério da Educação* es un proceso subjetivo que cambia de acuerdo con el evaluador y de acuerdo con la biblioteca visitada. Se hace necesario un contacto mayor entre los profesores y los bibliotecarios, para que los puntos evaluados, como la bibliografía básica, la bibliografía complementar y las revistas especializadas, se actualicen de acuerdo con los Planos Pedagógicos de los Cursos, aspectos que figuran en los instrumentos de evaluación.

Palabras claves: Evaluación de Bibliotecas. MEC. Educación Superior. Gestión de Bibliotecas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Educação Superior: Cursos e Níveis.....	21
Figura 2 – Formulário de Excel com as Respostas do Questionário	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Fontes de informação utilizadas para sanar dúvidas sobre avaliação do MEC/INEP	71
Gráfico 2 – Mudança no desenvolvimento das tarefas durante a visita <i>in loco</i> do MEC/INEP	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesos das Dimensões para os Atos de Autorização.....	32
Quadro 2 – Pesos das Dimensões para os Atos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.	32
Quadro 3 – Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica.	33
Quadro 4 – Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial.....	33
Quadro 5 – Dimensão 3: Infraestrutura	34
Quadro 6 – Pesos das Dimensões para os Atos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.	35
Quadro 7 – Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica.	35
Quadro 8 – Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial.....	36
Quadro 9 – Dimensão 3: Infraestrutura	36
Quadro 10 – Pesos das Dimensões para os Atos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.	37
Quadro 11 – Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica.....	37
Quadro 12 – Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial.....	38
Quadro 13 – Dimensão 3: Infraestrutura	38
Quadro 14 – Critérios do INEP para Avaliação da Biblioteca – Bibliografia Básica..	46
Quadro 15 – Critérios do INEP para Avaliação da Biblioteca – Bibliografia Complementar.....	47
Quadro 16 – Critérios do INEP para Avaliação da Biblioteca – Periódicos Especializados	48
Quadro 17 – Bibliotecas Setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul .	88
Quadro 18 – Avaliações do MEC em Bibliotecas Setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	- Associação das Instituições Federais do Ensino Superior
BU	- Biblioteca Universitária
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CADD	- Comissão de Avaliação de Desempenho Didático
CEA	- Comissão Especial de Avaliação
CNE	- Conselho Nacional de Educação
CNPq	- Conselho Nacional de Pesquisa
COMGRAD	- Comissão de Graduação
CONAES	- Comissão Nacional de Avaliação Superior
CPA	- Comissão Permanente de Avaliação
CPC	- Conceito Preliminar do Curso
ENADE	- Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ENC	- Exame Nacional de Cursos
ENEM	- Exame Nacional do Ensino médio
FIES	- Fundo de Financiamento Estudantil
GERES	- Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior
IES	- Instituições de Ensino Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	- Ministério da Educação
NDE	- Núcleo Docente Estruturante
PAIUB	- Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PAIPUFRGS	- Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS
PI	- Procurador Educacional Institucional
PARU	- Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PET	- Programa de Educação Tutorial
PROEXT	- Programa de Extensão Universitária
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	- Plano Nacional de Ensino
PPC	- Projeto Pedagógico de Curso

PPI	- Projeto Pedagógico Institucional
PROUNI	- Programa Universidade Para Todos
REUNI	- Programa de Reestruturação das Universidades Federais
SAI	- Secretaria de Avaliação Institucional
SESU	- Secretaria de Educação Superior
SBUFRGS	- Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	- Sistema de Seleção Unificada
SNBU	- Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso
UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
1.3 OBJETIVOS	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR	19
2.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	22
2.2.1 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior	26
2.2.2 A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior	28
2.2.3 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	30
2.3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA	40
2.3.1 Gestão de Bibliotecas Universitárias	41
2.3.2 Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais	43
2.3.3 Avaliação da Biblioteca	45
2.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	50
2.4.1 Avaliação Interna na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	51
2.4.1.1 Programa Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS	51
2.4.1.2 A Comissão Própria de Avaliação	54
2.4.1.3 Secretaria de Avaliação Institucional e os Núcleos de Avaliação das Unidades	56
2.4.1.4 Núcleo Docente Estruturante	57
2.4.1.5 Avaliação dos Docentes e das Atividades de Ensino pelos Alunos	59
2.4.2 Avaliação Externa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	60
2.4.2.1 Os Sistemas e as Bases de Dados do MEC	60
2.4.2.2 A Avaliação dos Cursos de Graduação	62
2.4.2.2.1 As Visitas das Comissões de Avaliação e Atribuição dos Conceitos	62
2.4.2.2.2 O Ciclo Avaliativo, os Indicadores de Qualidade e os Conceitos de Avaliação.....	64
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	66
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	80

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS EM RELAÇÃO À VISITA <i>IN LOCO</i> DO MEC/INEP NAS BIBLIOTECAS SETORIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	86
ANEXO A - BIBLIOTECAS SETORIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	88
ANEXO B – CENSO MEC ANO BASE 2014 (2014-2015) DAS BIBLIOTECAS SETORIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	89
ANEXO C - AVALIAÇÕES DO MEC EM BIBLIOTECAS SETORIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	96
ANEXO D – DESCRIÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA SETORIAL	98

1 INTRODUÇÃO

O Ministério da Educação (MEC), entre outras tantas fiscalizações e trabalhos junto aos programas de educação, também se faz presente em Avaliações de Bibliotecas Universitárias, o que torna este assunto um tema relevante a ser abordado em um trabalho de conclusão de curso, sob diferentes aspectos, tendo como base as fontes procedentes da Ciência da Informação.

Os bibliotecários, ao longo de suas carreiras, quando atuantes em bibliotecas universitárias, estarão sujeitos a situações diversas, ao se sentirem no centro de uma circunstância da ação avaliativa funcional desta biblioteca.

Este processo de avaliação, pode também incidir na instituição e nos cursos, com o questionamento da renovação e do reconhecimento. O assunto em pauta se destaca pela perspectiva dos cursos, focada nas análises que dizem respeito a maneira como os profissionais definem os objetivos propostos neste estudo.

Neste trabalho abordar-se-á a maneira de como os Bibliotecários se preparam para a visita *in loco* dos avaliadores do Ministério da Educação e como eles vêem essa avaliação.

O referencial teórico abordará a Educação Superior, conceito e histórico; a Avaliação Institucional com seu histórico, sua legislação e suas ramificações; a Biblioteca Universitária, conceito e histórico; a Avaliação de Bibliotecas, Gestão de Bibliotecas; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e suas Avaliações Internas e Externas e o Sistema de Bibliotecas (SBUFRGS).

No Sistema de Bibliotecas da UFRGS (Anexo A), uma peculiaridade das rotinas de trabalho, é um Censo (Anexo B) que é encaminhado pela Chefia da Biblioteca Central, para todos os bibliotecários chefes, e que deve ser respondido de acordo com o Biênio solicitado. Neste documento é possível encontrar: quantidade de assentos, número de empréstimos domiciliares, número de empréstimos entre bibliotecas, quantidade de consulta presencial, se realiza ou não comutações bibliográficas, se oferece serviços pela internet, números de usuários treinados em programas de capacitação, se possui ou não rede sem fio, se a participa de redes sociais, quantidade de itens no acervo impresso, se oferece ou não condições de acessibilidade, se possui ou não membros da equipe que sejam treinados em Língua Brasileira de Sinais, se a possui sinalização tátil, se possui rampa de acesso com corrimão, se possui entrada/saída com dimensionamento, se possui ambientes

desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual, se possui bebedouros e lavabos adaptados, se possui sinalização sonora, se possui equipamentos eletromecânicos (elevador, esteira rolante), se possui banheiros adaptados, se possui espaço de atendimento adaptado, se possui mobiliário adaptado, se possui acervo em formato especial (braile, sonoro), se possui sítios e aplicações desenvolvidos para que as pessoas percebam, compreendam, naveguem e utilizem serviços oferecidos, se possui plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato especial, se disponibiliza *software* de leitura para pessoas com baixa visão, se disponibiliza impressões em braile e se a biblioteca possui teclado virtual, elementos fundamentais ao processo de Avaliação do MEC.

Esse Censo é encaminhado anualmente ao MEC, para que no momento da visita *in loco* de avaliação, esses dados possam ser confirmados pela Comissão.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

“Qual a visão dos bibliotecários acerca da visita de avaliação *in loco* do MEC nas Bibliotecas Universitárias da UFRGS”.

1.2 JUSTIFICATIVA

Cabe destacar que as visitas *in loco* considerando os diferentes atos autorizativos demandam estratégias que se materializem em diferentes ações relativas à biblioteca universitária. Nos últimos anos a expansão do ensino superior fez com que alguns profissionais bibliotecários acabassem ingressando no mercado de trabalho sem alguns conhecimentos técnicos que não são abordados no currículo durante o curso. A ideia do presente trabalho sobreveio em meados de 2009, durante o agendamento de uma visita de avaliação *in loco* do MEC para reconhecimento de curso na Faculdade SENAI de Tecnologia, onde na época eu trabalhava. Na biblioteca, eu (assistente) e uma bibliotecária, nunca havíamos passado por uma avaliação *in loco*, pois na visita anterior, para credenciamento da instituição, não trabalhávamos na instituição. Ou seja, era um fato completamente novo para ambas, e sem saber como agir, recorreremos às bibliotecárias de outras

Instituições de Ensino Superior, a fim de nos prepararmos para uma avaliação que até então nos era completamente desconhecida.

Utilizamos todos os recursos informacionais disponíveis, mas nos deparamos com um escasso material sobre o assunto, o que nos causou estranheza, visto que todas as bibliotecas universitárias acabam passando por essa visita. Por fim, reunimos toda a informação obtida e nos preparamos para receber a Comissão de Avaliação. Como recompensa de nosso esforço, recebemos nota quatro, quando a máxima é cinco.

No contexto mencionado, as alternativas que se viabilizaram ocorreram através da interlocução com outros profissionais, por se tratar de uma fonte de informação pessoal, esse conhecimento não se encontra sistematizado.

Após essa experiência, surgiu a ideia de abordar o assunto em meu trabalho de conclusão, visto que alguns dos bibliotecários consultados, ainda não haviam passado por tal experiência e não sabiam como funcionava a visita *in loco* do MEC.

Durante a graduação, essa matéria é abordada superficialmente, não nos dando uma base de conhecimento, e não nos prepara para a vida profissional. Talvez no estágio, dependendo do lugar, acaba-se tendo uma vivência maior com esse assunto, mas mesmo assim, só vivenciando essa experiência é que percebemos o quanto ela é importante.

Acredito que o presente trabalho, será de grande auxílio para os bibliotecários que estão à procura de algum material sobre como proceder durante as visitas do MEC.

1.3 OBJETIVOS

A seguir, elencamos os objetivos do presente estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar quais são as percepções acerca da avaliação externa *in loco* do MEC nas rotinas das bibliotecas setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) arrolar as dificuldades encontradas pelos bibliotecários durante o processo de avaliação;
- b) identificar as implicações das visitas na ótica dos bibliotecários;
- c) relacionar as principais sugestões em relação à avaliação externa *in loco* do MEC;
- d) discutir a importância da avaliação *in loco* segundo a percepção dos bibliotecários.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para introduzir o tema proposto pela pesquisa, inicialmente será necessário especificar o conceito de educação superior, juntamente com seu histórico. A seguir encontram-se as características e finalidades da avaliação institucional, com suas propostas e objetivos; um perfil histórico da Biblioteca Universitária e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é o tema de estudo deste trabalho.

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Ensino Superior no Brasil teve um início tardio, e ainda apresenta um déficit em seu sistema educacional, enquanto almeja alcançar uma educação de qualidade para todos.

A primeira Universidade Brasileira foi fundada em 1920, no Rio de Janeiro, por ação do Governo Federal, que agrupou faculdades já existentes, mantendo o perfil dos cursos e suas autonomias. No começo, cada universidade era administrada pelo Conselho Universitário, mas em 1931, foi criado o Estatuto das Universidades Brasileiras, onde ficaram estabelecidos alguns padrões de organização para estas instituições, e que permaneceu até 1961. O estatuto, denominado Decreto nº 19.851 e datado de 11 de abril de 1931, traz o seguinte enunciado:

Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras (BRASIL, 1931).

Posteriormente, no ano de 1961, era votada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que implantou o modelo de universidade que atendesse as expectativas da sociedade. A Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No ano de 1968, foi constituída a Lei nº 5.540, de 28 de novembro, que fixava as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dava outras providências. Essa Lei da Reforma Universitária

estabeleceu o conceito de Instituições de Ensino Superior (IES) que prevalece até nossos dias.

Alguns anos depois, mais precisamente em 1996, a Lei nº 4.024 foi revogada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, que assim como a anterior, estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional. De acordo com o art. 43 da nova Lei, ficaram estabelecidas as seguintes finalidades à educação superior:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

A tipologia das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, definidas pela Lei nº 9.394/96, trouxeram inovações ao sistema de ensino superior, principalmente quanto à natureza e à dependência administrativa, de acordo com Neves (2002).

Referente à natureza acadêmica, constata-se que ela foi definida por Decretos complementares, tais como o Decreto nº 3.860/2001, que dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e o Decreto nº 2.406/1997, que regulamenta a Lei Federal nº 8.948/1994 (que trata de Centros de Educação Tecnológica).

De acordo com o art. 44 da Lei nº 9.394/1996, citada anteriormente, a educação superior abrange os seguintes cursos e programas:

- I - cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos

estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente;

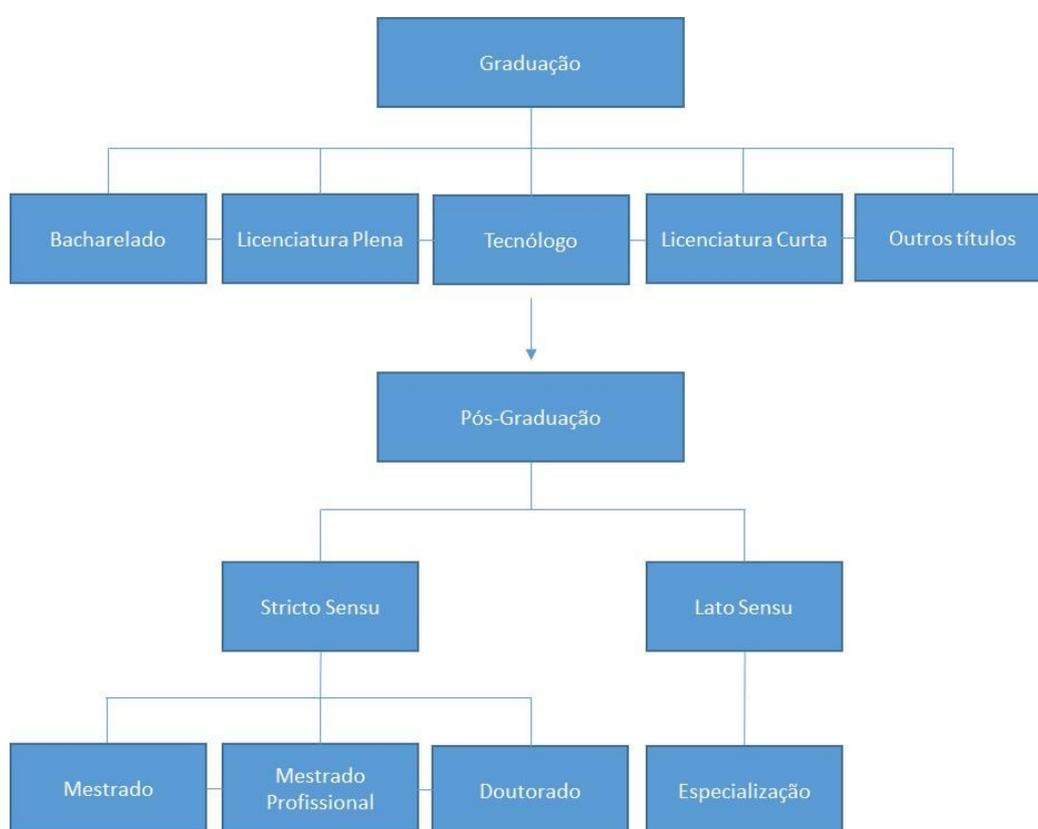
II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino (BRASIL, 1996).

Podemos ver essa abrangência na figura abaixo:

Figura 1 – Educação Superior: Cursos e Níveis



Fonte: A autora, 2016.

Com a expansão do ensino superior, houve uma mudança em sua infraestrutura educacional e novos comportamentos foram suscitados, perpetrando novas maneiras de ler e ensinar, resultando na obrigação de entender as necessidades informacionais, que surgiram durante a busca de uma melhor maneira de supri-las.

Segundo Macedo (2005), o processo de expansão do ensino superior, nas últimas décadas foi permeado por inúmeros problemas referentes, sobretudo, à

qualidade do ensino ofertado e ao atendimento desequilibrado das áreas do conhecimento.

A educação presencial passou por transformações, fazendo com que a educação à distância, que surgiu como um complemento dessa, seja uma realidade que acaba inserindo novos alunos em cursos de educação superior, cursos de extensão e atualização, criando mão de obra qualificada (MUELLER, 2000).

Durante o Governo Lula, em meados de 2004, foi criado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), sob a Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005, que democratizou o acesso ao ensino superior brasileiro a todos os cidadãos, visto que a seleção acontece através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Com isso, percebe-se que o Ensino Superior ainda está em expansão, e que ainda estamos nos encaixando nos padrões de qualidade específicos. Pode-se afirmar que a educação superior seria mais qualificada se unisse ideias onde a educação fosse um bem social, mas também fosse vista como uma mercadoria, onde poderia se almejar uma oferta maior, mas com uma qualidade cada vez mais superior.

2.2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Ministério da Educação (MEC) é o órgão responsável por manter a qualidade da educação superior. Suas ações são fundamentadas por meio de três funções básicas: avaliação, regulação e supervisão, e essas funções estruturam as Instituições de Ensino Superior (IES), e abrangem seus cursos. As avaliações são importantes para esse processo acontecer, pois a partir desses resultados é que a IES encontra seu referencial para a supervisão e sua regulação. Como ações do MEC pode-se destacar: Programa de Bolsa Permanência, Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), Programa Incluir, Programa de Extensão Universitária (ProExt), Programa de Educação Tutorial (PET), Programa Universidade para Todos (ProUni) e Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A avaliação institucional brasileira teve início em meados dos anos 70, com os cursos de pós-graduação efetivada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e foi legitimada dentro dos ambientes acadêmicos e governamentais. A confirmação dessa legitimidade veio alguns anos

depois, com a Constituição Federal de 1988, que trouxe consigo uma necessidade de avaliação, que seria responsável pela recuperação do ensino superior no país, que segundo o MEC estava defasada (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com Barreyro (2003) durante o governo militar do General João Figueiredo, no ano de 1983, surgiram as primeiras ideias sobre a avaliação de cursos de graduação, pelo Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), que foi concebido e realizado pela CAPES. Segundo consta no discurso oficial, realizado pelo Governo Militar responsável, sua origem foi motivada pelo crescente número de matrículas no Sistema de Educação Superior, a partir da década de 80, fator esse que foi decisivo para desencadear a preocupação do Estado com a qualidade do ensino (ANDRIOLA, 2008).

No ano seguinte, como afirma Barreyro (2003), o PARU foi substituído por outras iniciativas governamentais, como a Constituição da Comissão de Notáveis (1985) e o Grupo Executivo da Reforma da Educação Superior (GERES – 1986).

Segundo Barcelos (2004), a avaliação do MEC, inicialmente, só era realizada nas Instituições onde houvesse programas de pesquisas ou programas de pós-graduação. Como esse caso era raro nas faculdades particulares, as mesmas funcionavam sem qualquer tipo de avaliação, sendo necessários apenas procedimentos burocráticos para que fossem criados novos cursos ou ampliados os números de vagas.

No início da década de 90, surge o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que proporcionou que as universidades comesçassem, voluntariamente, as experiências de auto avaliação. Com as informações obtidas, após essa etapa, eram obtidas informações necessárias para uma avaliação externa ou uma reavaliação, já que o propósito era manter o programa. No entanto, o MEC deixou de apoiar o PAIUB, que se tornou um processo interno das universidades (BESE, 2007).

Desde 1995 o MEC vem avaliando as Instituições de Ensino Superior no Brasil, e estabelecendo critérios e padrões para o funcionamento destas, fornecendo à sociedade e aos gestores educacionais uma série de informações. Ainda de acordo com Bese (2007), em 1995 foi implementado o Provão, nome popular do Exame Nacional de Cursos (ENC), que tinha como objetivo avaliar o nível de aprendizagem dos estudantes do último ano, para só então avaliar externamente o curso, reordenando assim o modelo brasileiro de avaliação institucional.

No ano seguinte, após a revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), iniciou-se a análise dos processos de avaliação e da expansão da educação superior. Tavares et al. (2014) visam duas perspectivas distintas para avaliar a educação: uma análise quantitativa e a outra qualitativa. A análise quantitativa avalia desempenho e resultados, criando grupos de excelência, enquanto isso, a análise qualitativa qualifica as instituições de educação. O credenciamento das instituições passou a ser temporário e, desde então, todos os atos de credenciamento institucional passaram a fixar o prazo de validade da credencial. Alguns anos depois (2002) foram institucionalizadas as visitas das Comissões de Avaliadores que foram encarregados de verificar *in loco* as condições da Instituição Superior, avaliando os cursos e autorizando ou não a criação ou continuidade deste.

Logo após, mais precisamente em 2003, o MEC regulamentou a Comissão Especial de Avaliação (CEA), que tinha como objetivo conceder subsídios, realizar recomendações, apresentar critérios e estratégias para a revisão dos processos e das políticas da educação superior e preparar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados, com isso, se principia o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BESE, 2007).

As principais funções da avaliação são: regulação, controle, formação e autoconhecimento. Quanto a LDB e ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, suas principais funções são promover e expandir a educação superior, mesmo que essa expansão, nos últimos anos, tenha sido maior no setor privado.

Outra alternativa de avaliação, busca avaliar o desempenho dos estudantes das instituições através de uma prova, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é aplicada ao fim do primeiro e do último ano de cada curso. O desempenho é qualificado com relação aos conteúdos programáticos das diretrizes curriculares dos cursos de graduação, às habilidades de adaptação, às exigências derivadas da evolução do conhecimento e também em relação às capacidades de compreensão de temas fora do âmbito específico de graduação, como a realidade brasileira e mundial e outras áreas de conhecimento (OLIVEIRA, 2010).

A avaliação pode ser dividida em auto avaliação e avaliação externa (também conhecida como avaliação *in loco*). A auto avaliação é coordenada pela Comissão Própria da Avaliação (CPA), que é instituída pela IES e tem como função nortear os processos de avaliação interna, sistematização e coleta de dados.

Na avaliação *in loco*, são feitas visitas por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento. Esse resultado é classificado a partir de cinco conceitos a cada uma das dimensões avaliadas e ao somatório das mesmas (BRASIL, 2011).

Inicialmente a avaliação institucional era feita a partir de dez dimensões, cada qual com peso diferente: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; Responsabilidade social da IES; Comunicação com a sociedade; As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico administrativo; Organização de gestão da IES; Infraestrutura física; Planejamento de avaliação; Políticas de atendimento aos estudantes e Sustentabilidade Financeira (BRASIL, 2011). Os indicadores são as condições fundamentais para que a instituição tenha acesso ou permaneça no sistema de ensino superior. Os critérios de avaliação são padrões para juízos de comparação, julgamento ou apreciação de um indicador. Com notas de um a cinco para cada indicador, a nota três é a mínima exigida para a aprovação na avaliação (OLIVEIRA, 2010).

No ano de 2014, o MEC elaborou um novo instrumento de credenciamento e credenciamento de Instituições de Ensino Superior, esse instrumento ainda é válido para essas avaliações. Na avaliação de cursos, existem três categorias: Organização Didático-Pedagógica; Perfil do corpo docente e as Instalações físicas, e assim como na avaliação das instituições, os indicadores são os aspectos avaliados e os critérios são os padrões definidos para avaliação (OLIVEIRA, 2010).

Para a regulação das IES e de seus cursos, são considerados os seguintes atos autorizativos:

- **Credenciamento da instituição:** instituições privadas de ensino superior devem solicitar o credenciamento ao MEC para começar suas atividades. A análise documental e a visitação a IES fazem parte do processo de credenciamento;
- **Recredenciamento da instituição:** as IES privadas e federais devem solicitar ao MEC o recredenciamento da instituição ao fim de cada ciclo avaliativo do SINAES. O processo de recredenciamento considera a avaliação documental e os indicadores de qualidade resultante do SINAES. Caso a instituição tenha resultado insatisfatório, o MEC poderá supervisioná-la, tendo o seu pedido de recredenciamento suspenso;
- **Autorização de curso:** a autorização do MEC é necessária quando a IES deseja abrir um novo curso. É analisada a organização didático-pedagógica, o corpo docente e técnico administrativo e as instalações físicas;
- **Reconhecimento de curso:** para um novo curso ser reconhecido é necessário que ele passe por uma segunda avaliação, no momento que a

primeira turma atinja entre 50% e 75% da sua carga horária. Somente com o curso reconhecido é que os diplomas são validados;

• **Renovação de reconhecimento de curso:** este processo deve ser realizado a cada três anos, juntamente com o ciclo do SINAES. Considera-se o resultado obtido na avaliação do SINAES, se, porém, o resultado for insatisfatório, o curso deve ser avaliado *in loco*, e se preciso for, o MEC iniciará processo de supervisão (BRASIL, 2013).

Os atos acima descritos implicam em diferentes posturas dos avaliadores em relação as instituições. Ademais, esses diferentes atos autorizativos demandam ações e estratégias que incidem sobre a dinâmica das bibliotecas universitárias.

2.2.1 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) foi instituído pela Lei nº 10.861/2004, que assegura o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes destas instituições. Segundo Ellwanger (2015), a finalidade do SINAES é a melhoria da qualidade da educação superior. E além de promover a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, também cabe ao SINAES assegurar que seja realizada a avaliação interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos (ELLWANGER, 2015).

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, podemos destacar as seguintes dimensões do SINAES:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

- V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional;
- IX – políticas de atendimento aos estudantes;
- X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004).

O processo de regulação e supervisão da educação superior se dá através da avaliação do SINAES. Esses resultados servem de referências para os processos de credenciamento, renovação e descredenciamento das instituições de ensino superior ou dos seus cursos de graduação. Pode-se destacar abaixo o compromisso do SINAES:

- Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:
- I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
 - II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
 - III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
 - IV – a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações (BRASIL, 2004).

Segundo o MEC, o SINAES utiliza alguns instrumentos para a avaliação institucional, como podemos ver posteriormente:

- **Autoavaliação:** Conduzida pela CPA (Comissão Própria de Avaliação). Cada instituição realizará uma autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação;
- A autoavaliação articula um autoestudo segundo o roteiro geral proposto em nível nacional, acrescido de indicadores específicos, projeto pedagógico, institucional, cadastro e censo;
- O relatório da autoavaliação deve conter todas as informações e demais elementos avaliativos constantes do roteiro comum de base nacional, análises qualitativas e ações de caráter administrativo, político, pedagógico e técnico-científico que a IES pretende empreender em decorrência do processo de autoavaliação, identificação dos meios e recursos necessários para a realização de melhorias, assim como uma avaliação dos acertos e equívocos do próprio processo de avaliação;

- **Avaliação Externa:** Essa avaliação é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias;
- **Censo:** O Censo é um instrumento independente que carrega um grande potencial informativo, podendo trazer importantes elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, o Estado e a população em geral. Por isso, é desejável que os instrumentos de coleta de informações censitárias integrem também os processos de avaliação institucional, oferecendo elementos úteis à compreensão da instituição e do sistema. Os dados do Censo também farão parte do conjunto de análises e estudos da avaliação institucional interna e externa, contribuindo para a construção de dossiês institucionais e de cursos a serem publicados no Cadastro das Instituições de Educação Superior;
- **Cadastro:** De acordo com as orientações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e da CONAES, também serão levantadas e disponibilizadas para acesso público as informações do Cadastro das IES e seus respectivos cursos. Essas informações, que também serão matéria de análise por parte das comissões de avaliação, nos processos internos e externos de avaliação institucional, formarão a base para a orientação permanente de pais, alunos e da sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições (BRASIL, 2013).

O SINAES, de acordo com a legislação, é o principal órgão do sistema de avaliação do IES, porém ele é apenas um órgão responsável no gerenciamento do processo, mas cabe a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior fazer a avaliação propriamente dita. No item a seguir apresenta-se este órgão e suas principais atribuições e composição deste instrumento.

2.2.2 A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) foi constituída juntamente com o SINAES, na esfera do Ministério da Educação (MEC) e relacionada ao Gabinete do Ministro (BRASIL, 2004).

De acordo com a Lei nº 10.861/2004, podemos destacar as seguintes atribuições ao CONAES:

Art. 6º Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação e vinculada ao Gabinete do Ministro de Estado, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES, órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, com as atribuições de:

- I – propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes;
- II – estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;

- III – formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;
- IV – articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior;
- V – submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE;
- VI – elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;
- VII – realizar reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação (BRASIL, 2004).

Ainda de acordo com a Lei nº 10.861/2004, podemos ressaltar a seguinte composição do CONAES:

Art. 7º A CONAES terá a seguinte composição:

- I – 1 (um) representante do INEP;
- II – 1 (um) representante da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
- III – 3 (três) representantes do Ministério da Educação, sendo 1 (um) obrigatoriamente do órgão responsável pela regulação e supervisão da educação superior;
- IV – 1 (um) representante do corpo discente das instituições de educação superior;
- V – 1 (um) representante do corpo docente das instituições de educação superior;
- VI – 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo das instituições de educação superior;
- VII – 5 (cinco) membros, indicados pelo Ministro de Estado da Educação, escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão da educação superior.

§ 1º Os membros referidos nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pelos titulares dos órgãos por eles representados e aqueles referidos no inciso III do **caput** deste artigo, pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º O membro referido no inciso IV do **caput** deste artigo será nomeado pelo Presidente da República para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução.

§ 3º Os membros referidos nos incisos V a VII do **caput** deste artigo serão nomeados pelo Presidente da República para mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução, observado o disposto no parágrafo único do art. 13 desta Lei.

§ 4º A CONAES será presidida por 1 (um) dos membros referidos no inciso VII do **caput** deste artigo, eleito pelo colegiado, para mandato de 1 (um) ano, permitida 1 (uma) recondução.

§ 5º As instituições de educação superior deverão abonar as faltas do estudante que, em decorrência da designação de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo, tenha participado de reuniões da CONAES em horário coincidente com as atividades acadêmicas.

§ 6º Os membros da CONAES exercem função não remunerada de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte e diárias (BRASIL, 2004).

Na prática o CONAES é quem executa as principais atribuições do processo de avaliação e os instrumentos necessários para o desenvolvimento destas tarefas é criado pelo INEP que é exposto no próximo item.

2.2.3 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é uma autarquia federal que está vinculada ao Ministério da Educação, tendo como missão promover estudos, pesquisas e **avaliações** sobre o sistema educacional brasileiro com a finalidade de subsidiar a formulação e implementação das políticas públicas para a área da educação a partir dos parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral (INEP, 2016).

De acordo com o Decreto 5.773/2006, podemos atribuir as seguintes competências ao INEP:

Art. 7º No que diz respeito à matéria objeto deste Decreto, compete ao INEP:

- I - realizar visitas para avaliação *in loco* nos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;
- II - realizar as diligências necessárias à verificação das condições de funcionamento de instituições e cursos, como subsídio para o parecer da Secretaria competente, quando solicitado;
- III - realizar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes;
- IV - elaborar os instrumentos de avaliação conforme as diretrizes da CONAES;
- V - elaborar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições e autorização de cursos, conforme as diretrizes do CNE e das Secretarias, conforme o caso; e
- VI - constituir e manter banco público de avaliadores especializados, conforme diretrizes da CONAES (BRASIL, 2006).

Para gerar seus dados de estudos educacionais, o INEP realiza levantamentos estatísticos em todos níveis e modalidades de ensino (INEP, 2016):

- **Censo Escolar:** levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente;
- **Censo Superior:** coleta, anualmente, uma série de dados do ensino superior no País, incluindo cursos de graduação, presenciais e à distância.
- **Avaliação dos Cursos de Graduação:** é um procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação representando uma medida necessária para a emissão de diplomas.

- **Avaliação Institucional:** compreende a análise dos dados e informações prestados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) no Formulário Eletrônico e a verificação, *in loco*, da realidade institucional, dos seus cursos de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão.
- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:** Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sinaes é o novo instrumento de avaliação superior do MEC/Inep. Ele é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.
- **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem):** exame de saída facultativo aos que já concluíram e aos concluintes do ensino médio, aplicado pela primeira vez em 1997.
- **Exame Nacional Para Certificação de Competências (Encceja):** é uma proposta do Ministério da Educação de construir uma referência de avaliação nacional para jovens e adultos que não puderam concluir os estudos na idade própria.
- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb):** pesquisa por amostragem, do ensino fundamental e médio, realizada a cada dois anos (INEP, 2016).

Além dos levantamentos estatísticos e das avaliações, o INEP promove encontros para discutir os temas educacionais e disponibiliza também outras fontes de consulta sobre educação (INEP, 2016).

Os instrumentos criados pelo INEP atingem distintas áreas do sistema de educação superior, como por exemplo, instrumentos para autorização, reconhecimento e renovação de Instituições Superiores. Para este trabalho o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância é de importância vital, pois ele é a ponto de partida de todo o processo avaliativo.

O INEP efetivou de 2010 a 2016, três instrumentos contendo as diretrizes para a Avaliação dos Cursos de Graduação (presencial e a distância). Nesses documentos são encontrados os itens que serão avaliados, assim como a forma de avaliação.

E estes itens são divididos em: dimensões, grupos de indicadores, indicadores, indicadores imprescindíveis, indicadores aos quais são atribuídos a condição de não se aplica e critérios. São caracterizados da seguinte forma:

- **Dimensões:** correspondem as dez dimensões do SINAES e caracterizam os aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que refletem a instituição como um todo;
- **Grupo de indicadores:** não é objeto de pontuação, serve para agrupar com coerência lógica os indicadores de avaliação;
- **Indicadores:** representam os itens que se pretende avaliar, medir, qualificar, analisar;
- **Indicadores imprescindíveis:** indicam as condições obrigatórias para o acesso e a permanência no sistema de educação superior. Exigem o conceito mínimo três para aprovação, caso contrário a instituição deverá cumprir a diligência estabelecida pela comissão de avaliadores externos no

prazo máximo de cento e oitenta dias;

• **Indicadores com a condição NSA (não se aplica):** são aqueles cujo atendimento é opcional ao centro universitário e a faculdade, e asseguram a estas instituições o respeito as suas identidades e diversidades. Escolhido este indicador, a comissão de avaliadores externos deverá formular justificativa, em espaço próprio do formulário de avaliação, baseada nos documentos oficiais das instituições que são: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Projeto Político Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC);

• **Critérios:** são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador (OLIVEIRA; DUMONT, 2010).

A Portaria MEC nº 1.741 de 12 de dezembro de 2011, aprova em extrato indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (BRASIL, 2011).

Nos quadros de 1 a 5, encontram-se as dimensões avaliadas, com seus pesos e seus indicadores, as mesmas dimensões/indicadores que são avaliados para os atos de autorização, reconhecimento e renovação do conhecimento.

Quadro 1 – Pesos das Dimensões para os Atos de Autorização.

Dimensão	Pesos
1 – Organização Didático-Pedagógica	30
2 – Corpo Docente e Tutorial	30
3 – Infraestrutura	40

Fonte: Brasil, 2011.

Quadro 2 – Pesos das Dimensões para os Atos de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.

Dimensão	Pesos
1 – Organização Didático-Pedagógica	40
2 – Corpo Docente e Tutorial	30
3 – Infraestrutura	30

Fonte: Brasil, 2011.

Quadro 3 – Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica.

Indicador	Dimensão
1.1	Contexto educacional
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso
1.3	Objetivos do curso
1.4	Perfil profissional do egresso
1.5	Estrutura curricular
1.6	Conteúdos curriculares
1.7	Metodologia
1.8	Estágio curricular supervisionado
1.9	Atividades complementares
1.10	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
1.11	Apoio ao discente
1.12	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
1.13	Atividades de tutoria
1.14	Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC - no processo ensino-aprendizagem
1.15	Material didático institucional
1.16	Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes
1.17	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
1.18	Número de vagas
1.19	Integração com as redes públicas de ensino
1.20	Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS
1.21	Ensino na área de saúde
1.22	Atividades práticas de ensino

Fonte: Brasil, 2011.

Quadro 4 – Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial

Indicador	Dimensão
2.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
2.2	Atuação do(a) coordenador(a)
2.3	Experiência do(a) coordenador(a) do curso em cursos a distância
2.4	Experiência de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)
2.5	Regime de trabalho do(a) coordenador(a) de curso
2.6	Carga horária de coordenação do curso
2.7	Titulação do corpo docente do curso
2.8	Titulação do corpo docente do curso - percentual de doutores
2.9	Regime de trabalho do corpo docente do curso
2.10	Experiência profissional do corpo docente
2.11	Experiência no exercício da docência na educação básica
2.12	Experiência de magistério superior do corpo docente
2.13	Relação entre o número de docentes e o número de estudantes
2.14	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
2.15	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica
2.16	Titulação e formação do corpo de tutores do curso
2.17	Experiência do corpo de tutores em educação a distância
2.18	Relação de docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante
2.19	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica
2.20	Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente

Fonte: Brasil, 2011.

Quadro 5 – Dimensão 3: Infraestrutura

Indicador	Dimensão
3.1	Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral – TI
3.2	Espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos
3.3	Sala dos professores
3.4	Salas de aula
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática
3.6	Bibliografia básica
3.7	Bibliografia complementar
3.8	Periódicos especializados
3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade
3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços
3.12	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)
3.13	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas
3.14	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação
3.15	Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial
3.16	Sistema de referência e contra referência
3.17	Biotérios
3.18	Laboratórios de ensino
3.19	Laboratórios de habilidades
3.20	Protocolos de experimentos
3.21	Comitê de Ética em Pesquisa

Fonte: Brasil, 2011.

Em 2016, foi criada a Portaria MEC nº 386 de 10 de maio, que aprovava em extrato indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (BRASIL, 2016).

A seguir os quadros (de 6 a 9) demonstram as dimensões e seus indicadores, com os respectivos pesos e denominações:

Quadro 6 – Pesos das Dimensões para os Atos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.

Dimensões	Autorização	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento	Número de Indicadores
1 – Organização Didático-Pedagógica	30	40	36
2 – Corpo Docente e Tutorial	30	30	21
3 – Infraestrutura	40	30	23

Fonte: Brasil, 2016.

Quadro 7 – Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica.

Indicador	Dimensão
1.1	Contexto educacional
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso
1.3	Objetivos do curso
1.4	Perfil profissional do egresso
1.5	Estrutura curricular
1.6	Conteúdos curriculares
1.7	Metodologia
1.8	Metodologia
1.9	Estágio curricular supervisionado
1.10	Estágio curricular supervisionado
1.11	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação básica
1.12	Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica
1.13	Estágio curricular supervisionado – relação entre teoria e prática
1.14	Atividades complementares
1.15	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
1.16	Apoio ao discente
1.17	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
1.18	Atividades de tutoria
1.19	Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs - no processo ensino-aprendizagem, conforme o PPC
1.20	Material didático institucional
1.21	Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes
1.22	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
1.23	Número de vagas
1.24	Integração com as redes públicas de ensino
1.25	Integração do curso com o sistema de saúde local e regional/ SUS – relação alunos/docente ou preceptor
1.26	Interação do curso com o sistema de saúde local e regional/SUS – relação alunos/usuário
1.27	Atividades práticas de ensino
1.28	Atividades práticas de ensino para área da saúde
1.29	Atividades práticas de ensino para Licenciaturas
1.30	Educação em saúde
1.31	Gestão em saúde
1.32	Articulação entre a graduação em Medicina e os programas de residência

	próprios e/ou em parceria conforme o PPC
1.33	Responsabilidade Social
1.34	Integração do curso com a comunidade loco regional
1.35	Segurança do usuário do SUS
1.36	Participação dos discentes no acompanhamento e na avaliação do PPC

Fonte: Brasil, 2016.

Quadro 8 – Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial

Indicador	Dimensão
2.1	Atuação do Núcleo Docente
2.2	Atuação do(a) coordenador(a)
2.3	Experiência de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)
2.4	Regime de trabalho do(a) coordenador(a) de curso
2.5	Carga horária de coordenação do curso
2.6	Titulação do corpo docente do curso
2.7	Titulação do corpo docente do curso - percentual de doutores
2.8	Regime de trabalho do corpo docente do curso
2.9	Experiência profissional em sua área de atuação docente
2.10	Experiência no exercício da docência na educação básica
2.11	Experiência de magistério superior do corpo docente
2.12	Relação entre o número de docentes e o número de vagas
2.13	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
2.14	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica
2.15	Titulação e formação do corpo de tutores do curso
2.16	Experiência do corpo de tutores em educação a distância
2.17	Relação de docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante
2.18	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica
2.19	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência odontológica
2.20	Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente
2.21	Mecanismos de fomento à integração entre docentes e preceptores na rede SUS

Fonte: Brasil, 2016.

Quadro 9 – Dimensão 3: Infraestrutura

Indicador	Dimensão
3.1	Gabinetes de trabalho para professores em Tempo Integral – TI
3.2	Espaço de trabalho para a coordenação do curso e para os serviços acadêmicos
3.3	Sala dos professores
3.4	Salas de aula
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática
3.6	Bibliografia básica
3.7	Bibliografia complementar
3.8	Periódicos especializados
3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade
3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços
3.12	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)
3.13	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas
3.14	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação

3.15	Unidades hospitalares e complexo assistencial conveniado
3.16	Sistema de referência e contrarreferência
3.17	Cenários de Prática e redes de Atenção à Saúde
3.18	Biotérios
3.19	Laboratórios de ensino para a área da saúde
3.20	Laboratórios de habilidades
3.21	Protocolos de experimentos
3.22	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
3.23	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

Fonte: Brasil, 2016.

Porém a Portaria MEC nº 1.053, de 12 de setembro de 2016, cancela este instrumento e faz com que a Portaria 1.741, de 12 de dezembro de 2011, passe a vigorar novamente, ou seja, o Instrumento de Avaliação revisado em agosto de 2015.

Abaixo, as dimensões e indicadores que são avaliados atualmente:

Quadro 10 – Pesos das Dimensões para os Atos de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento.

Dimensões	Autorização	Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento	Número de Indicadores
1 – Organização Didático-Pedagógica	30	40	27
2 – Corpo Docente e Tutorial	30	30	20
3 – Infraestrutura	40	30	22

Fonte: Brasil, 2015.

Quadro 11 – Dimensão 1: Organização Didático-Pedagógica.

Indicador	Dimensão
1.1	Contexto educacional
1.2	Políticas institucionais no âmbito do curso
1.3	Objetivos do curso
1.4	Perfil profissional do egresso
1.5	Estrutura curricular
1.6	Conteúdos curriculares
1.7	Metodologia
1.8	Estágio curricular supervisionado
1.9	Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação básica
1.10	Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciados, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica
1.11	Estágio curricular supervisionado – relação entre teoria e prática
1.12	Atividades complementares
1.13	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
1.14	Apoio ao discente
1.15	Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso
1.16	Atividades de tutoria
1.17	Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs - no processo ensino-

	aprendizagem, conforme o PPC
1.18	Material didático institucional
1.19	Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes
1.20	Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
1.21	Número de vagas
1.22	Integração com as redes públicas de ensino
1.23	Integração do curso com o sistema de saúde local e regional/ SUS – relação alunos/docente
1.24	Interação do curso com o sistema de saúde local e regional/SUS – relação alunos/usuário
1.25	Atividades práticas de ensino
1.26	Atividades práticas de ensino para áreas da saúde
1.27	Atividades práticas de ensino para Licenciaturas

Fonte: Brasil, 2015.

Quadro 12 – Dimensão 2: Corpo Docente e Tutorial

Indicador	Dimensão
2.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE
2.2	Atuação do(a) coordenador(a)
2.3	Experiência de magistério superior e de gestão acadêmica do(a) coordenador(a)
2.4	Regime de trabalho do(a) coordenador(a) de curso
2.5	Carga horária de coordenação do curso
2.6	Titulação do corpo docente do curso
2.7	Titulação do corpo docente do curso - percentual de doutores
2.8	Regime de trabalho do corpo docente do curso
2.9	Experiência profissional do corpo docente
2.10	Experiência no exercício da docência na educação básica
2.11	Experiência de magistério superior do corpo docente
2.12	Relação entre o número de docentes e o número de vagas
2.13	Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente
2.14	Produção científica, cultural, artística ou tecnológica
2.15	Titulação e formação do corpo de tutores do curso
2.16	Experiência do corpo de tutores em educação a distância
2.17	Relação de docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante
2.18	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica
2.19	Responsabilidade docente pela supervisão da assistência odontológica
2.20	Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente

Fonte: Brasil, 2015.

Quadro 13 – Dimensão 3: Infraestrutura

Indicador	Dimensão
3.1	Gabinetes de trabalho para professores Tempo Integral – TI
3.2	Espaço de trabalho para a coordenação do curso e serviços acadêmicos
3.3	Sala dos professores
3.4	Salas de aula
3.5	Acesso dos alunos a equipamentos de informática
3.6	Bibliografia básica
3.7	Bibliografia complementar
3.8	Periódicos especializados
3.9	Laboratórios didáticos especializados: quantidade

3.10	Laboratórios didáticos especializados: qualidade
3.11	Laboratórios didáticos especializados: serviços
3.12	Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)
3.13	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas
3.14	Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação
3.15	Unidades hospitalares e complexo assistencial, conveniados
3.16	Sistema de referência e contra referência
3.17	Biotérios
3.18	Laboratórios de ensino para a área da saúde
3.19	Laboratórios de habilidades
3.20	Protocolos de experimentos
3.21	Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
3.22	Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)

Fonte: Brasil, 2015.

Esses instrumentos compõem a base da avaliação externa, pois é durante essa avaliação que os avaliadores externos ficam atentos à totalidade do que a instituição lhes apresenta sem perder de vista as partes que compõem o todo. Verificam a relação das partes com o global e precisam manter-se atentos aos critérios de participação, integração e articulação das relações pedagógicas e de relevância social, sem perder de vista também o que a instituição propõe no seu Plano Pedagógico Institucional (PPI) (OLIVEIRA; DUMONT, 2010).

2.3 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

As bibliotecas universitárias, conceitualmente, desempenham um papel fundamental na instituição à qual estão ligadas, por sua função, de apoio ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e motivação (LUBISCO, 2014).

Conforme Guerra e Dias (2013), tradicionalmente, a biblioteca universitária é vista como uma instituição social que preserva os saberes produzidos, sendo mediadora entre os indivíduos e o conhecimento requerido deles na condução de suas vidas.

Do ponto de vista histórico-conceitual, a trajetória da Biblioteca Universitária confunde-se com a própria história da educação no país. Essa trajetória era marcada pelo espírito colonialista, escravagista e muito influenciada pela Igreja Católica, tanto que o Brasil foi o último país da América Latina a ter Universidade. O que ocorreu somente na década de 20, apesar das tentativas anteriores (LUBISCO; VIEIRA, 2009).

Mesmo convivendo com grandes diferenças entre avanços tecnológicos e científicos, que estão vinculados ao sistema de ensino, alguns setores na educação não conseguiram fornecer ao país bibliotecas e sistemas competentes, ativos e dinâmicos, fato que acabou sendo o principal motivo da exclusão da Biblioteca Universitária na Lei de Reforma Universitária de 1968.

Carvalho (1981) afirma que as bibliotecas universitárias brasileiras, nos primórdios dos anos 80, se constituíram principalmente de iniciativas particulares isoladas, que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais, que mantinham seus acervos fechados.

Desde o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior, datado de 1901, que em seu artigo 258 traz com riqueza de detalhes o item biblioteca, até os subsequentes e atuais que tratam a biblioteca como requisito para autorização e para reconhecimento de cursos de graduação, é possível observar como têm sido tratados a **biblioteca** e os elementos que a compõem: proposições vagas, desprovidas de descrição da sua abrangência, de padrões de qualidade e de indicadores de desempenho, dando margem a interpretações diversas ou a interpretação alguma, como ocorreu no passado [...] com os instrumentos elaborados pelas diferentes comissões de especialistas do MEC (CARVALHO, 1981, p. 17).

Com isso, a biblioteca universitária ficou fragilizada e lenta para desenvolver técnicas de organização e disseminação da informação que objetivassem os

atendimentos de demandas das pesquisas realizadas na universidade. Em 1950, foi implantada a política de ciência e tecnologia, que permaneceu até a criação da Reforma Universitária de 1968, onde o governo forneceu, para as bibliotecas universitárias, toda a infraestrutura necessária para o atendimento dessas demandas das pesquisas.

Conforme Lubisco (2008), essas políticas foram marcos evolutivos para a Biblioteca Universitária, com o desenvolvimento técnico na área de Biblioteconomia e o provimento da infraestrutura necessária para o atendimento ao usuário e ao aperfeiçoamento das técnicas de organização bibliográfica. Mesmo com esses pontos a favor, a atuação da biblioteca universitária é um assunto que causa fragilidade para a instituição: o estudante universitário e o seu desconhecimento da condução da pesquisa acadêmica.

Ainda que as bibliotecas universitárias tenham se beneficiado com essa Reforma, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, não menciona o tema biblioteca. A Lei fixa normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e a Biblioteca Universitária, sendo um dos órgãos centrais para o funcionamento desse ensino, nem sequer fora citada.

Assim, as bibliotecas universitárias, mesmo com os investimentos em infraestrutura, por parte do governo federal, continuavam sendo setores frágeis na estrutura da universidade. Ainda de acordo com Lubisco (2008), podem-se citar três causas prováveis, para essa fragilidade, o distanciamento da biblioteca; o planejamento institucional, número reduzido de profissionais e a falta de capacitação para promover recursos bibliográficos.

Por tudo isso, tornava-se quase obrigatório um controle de qualidade permanente, que só seria possível com avaliações efetivas, pois é de conhecimento de todos que o grau de desenvolvimento tecnológico nas bibliotecas universitárias no Brasil é muito desigual, mas é inegável a necessidade de atualização e modernização, para que se mantenham atuantes e, principalmente, para auxiliar o usuário a produzir conhecimento técnico e científico (SILVEIRA, 2014).

2.3.1 Gestão de Bibliotecas Universitárias

A gestão da biblioteca, é tida como a parte mais importante para a qualidade educacional e para um pleno desempenho das instituições mantenedoras, sejam universidades, centros de ensino ou instituto. (PEREIRA, 2013)

Ainda de acordo com Pereira (2013), os responsáveis pela gestão da biblioteca têm como função relacionar todos os processos do ambiente interno da organização, que se torna essencial para o sucesso da avaliação de desempenho.

Esse desempenho é posto em prova por meios de instrumento de gestão, da inclusão da equipe e da habilidade do gestor em aplicar as metodologias para a gestão, e atender às necessidades da comunidade acadêmica, sem ir contra os critérios estipulados pelo MEC (PEREIRA, 2013).

Com as mudanças no gerenciamento e na organização das bibliotecas universitárias, fez-se necessário uma pesquisa de novos métodos, para um melhor desenvolvimento de técnicas e práticas de gestão.

O sistema de gestão é o elemento chave para as organizações, que demonstram sua capacidade em responder as mudanças do ambiente, determinando o modo pelo qual a administração percebe os desafios, diagnostica impactos e decide o que e como colocar em práticas, algumas decisões tomadas. O sucesso da biblioteca universitária vem da adequação ao ambiente à habilidade de mudança e transformação (ANSOFF; MCDONNELL, 1993).

A administração pode ser compreendida como um conjunto de procedimentos que envolvem atividades de planejamento, organização, direção, distribuição e controle de recursos, para no final ter uma grande eficiência organizacional (PEREIRA, 2013).

Segundo Vanti (1999), quando o bibliotecário assumir a administração da biblioteca, ele deve procurar desempenhar um papel empreendedor, incorporando ideias de inovação, mudança e criatividade, visando a modificar o ambiente organizacional e melhorar os serviços de informação oferecidos. Dias (1991), afirma que são características fundamentais no papel do empreendedor planejar e implementar mudanças do serviço, estimular mudanças, resolver problemas através da introdução de mudanças, identificar melhorias que possam ser introduzidas no serviço. Acompanhar as mudanças advindas com o surgimento das novas tecnologias também faz parte de uma visão empreendedora na gestão de uma unidade de informação (DIAS, 1991).

De acordo com Barbalho (1995), informação e qualidade são valorosas em nossa sociedade, a informação devido ao seu caráter de reduzir incertezas e representar certo poder em quem a detém e a qualidade por proporcionar a adequação ao uso. Apesar disso, encontra-se pouca literatura sobre o tema.

Os fatores que influenciam a qualidade do serviço em Bibliotecas Universitárias, são os que incluem o entendimento das necessidades e expectativas dos usuários, segurança, cortesia, comunicação e certamente os fatores físicos. Se todos esses atributos não forem desenvolvidos de forma correta, não é correto afirmar que se tem qualidade.

A gestão é um método sistemático para estabelecer padrões, identificar problemas, analisar causas e solucionar problemas, além de promover as mudanças quando necessárias. Na contribuição de uma elaboração de proposta para a qualidade dos produtos e serviços nas unidades de informação, ela deve atingir a todos na unidade, desde a administração superior até os serviços gerais. Os recursos humanos são essenciais para esses padrões (PINTO, 1993).

Os fatores que mais motivam os recursos humanos (bibliotecário e pessoal de apoio) são as variáveis: salário, relações interpessoais, condições de trabalho, reconhecimento e realização profissional; e quando esses fatores não são satisfatórios, a qualidade do serviço cai bastante (NAKAMURA, 1994).

Como Nakamura (1994) percebeu em seus estudos, para começar as melhorias no ambiente da biblioteca, deve-se primeiramente, olhar para os recursos humanos e suas necessidades, pois deve-se ter um ambiente adequado na biblioteca, para que públicos interno e externo sejam bem atendidos. Já que existe uma linha tênue que divide satisfação no trabalho e qualidade dos serviços prestados.

2.3.2 Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais

A necessidade de busca e uso das informações, tanto no período que antecede a visita *in loco* quanto na rotina diária do profissional, as fontes de informação são indispensáveis para a produção do conhecimento. Essas fontes podem ser divididas em: Primárias, Secundárias e Terciárias.

As fontes primárias são aquelas que relacionadas ao produto de informação elaborado pelo autor, como por exemplo, monografias, relatórios científicos, artigos, dissertações, teses e livros (BLATTMAN, 2010).

Quanto às fontes secundárias, são as que revelam a participação de um segundo autor, ou produtor como no caso das bibliografias, os dicionários e as enciclopédias, as publicações ou periódicos de indexação e resumos, os artigos de revisão, catálogos, entre outros (BLATTMAN, 2010).

Ainda de acordo com Blattman (2010), enquanto as fontes terciárias podem ser mencionadas como as bibliografias de bibliografias, os catálogos de catálogos de bibliotecas, diretórios, entre outros.

As fontes impressas evoluíram ou algumas já nasceram eletrônicas e cada vez mais se torna difícil separar por categorias. Assim temos os Catálogos Públicos de Acesso em Linha (original do inglês *Online Public Access Catalogues* - conhecidos como OPAC) e os catálogos coletivos (do inglês *Collective Online Public Access Catalogues* - COPAC's), ambientes de interação por computadores como videoconferências e os diretórios de endereços URL (*Uniform Resource Locator*), as bibliotecas virtuais e digitais devido a Internet possibilitar a convergência de mídias e simultaneidade (comunicação síncrona e assíncrona) (BLATTMAN, 2010).

Segundo Bueno (2009), as fontes e os recursos informacionais, sejam orais, impressos, digitais ou de multimídia, independentemente de seu formato impulsionadas ou não pelos recursos da web, cada qual tem o seu lugar, e são distintas aos olhos público ao qual forem direcionadas. São apresentados como fontes de informação ou fontes informacionais. As fontes e os recursos de informação podem influenciar nosso conhecimento e aprendizado.

Em relação às fontes podemos nomear de fontes bibliográficas e fontes pessoais. Sendo que as bibliográficas são as fontes que contém material escrito e possibilitam uma leitura lógica e independente. A origem das fontes pode ser pessoal, institucional ou documental. As fontes pessoais são as pessoas que possuem conhecimentos destacáveis sobre determinado assunto (TEIXEIRA, 2011).

2.3.3 Avaliação da Biblioteca

As bibliotecas universitárias encontram-se no cruzamento de demandas e de transformações dentro de uma Instituição de Ensino Superior, que proporciona o momento certo para a renovação administrativa.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) é o órgão responsável pela avaliação das Bibliotecas Universitárias, como disponibilização de materiais e demandas que surgem com o acesso à informação no contexto da IES.

O INEP tem como missão garantir acesso à informação que se encontra nos meios físicos, fazendo com que as bibliotecas atuem conforme a norma. O desenvolvimento envolve uma adaptação da sociedade, ou seja, para o desenvolvimento da biblioteca, os profissionais que nela atuam, devem se adaptar para atender as exigências que o instrumento de avaliação solicita para disponibilização da informação, sem prejudicar o acesso, dos usuários, ao uso da informação.

Silva (2013) afirma que os bibliotecários que trabalham no gerenciamento das bibliotecas universitárias têm como principal atividade o planejamento de suas ações, dentre eles as exigências do INEP. Essa preparação requer conhecimento sobre tramitação de processos, manuais de orientações e conhecimentos gerais sobre a IES avaliada.

Na autoavaliação, são apontadas carências e é onde deve-se constar os planos para a melhora do desempenho institucional. No caso específico da biblioteca, serve para indicar a situação atual, sendo os dados do relatório da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) um instrumento que sinaliza os problemas aos quais se deve encontrar uma solução (SILVA, 2013).

Além desse conhecimento dos processos avaliativos, é importante analisar o momento em que a biblioteca é citada e o que é exigido. A biblioteca é citada em três momentos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC), onde se destacam área física, acervo e política de atualização e expansão do acervo, horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e os serviços oferecidos (SILVA, 2013).

De acordo com Silva (2013), fazem parte do PDI as finalidades, objetivos e compromissos da IES. Onde a biblioteca aparece com a infraestrutura física – Dimensão 3 (espaços físicos, funcionalidades e grau de satisfação dos usuários).

Fazem parte do PPC as definições para organização política e pedagógica da IES, norteando ações para a construção de objetivos, missão e valores assumidos pela IES. Aqui cabe a biblioteca contribuir com a atualização da bibliografia proposta, manter uma cópia dos projetos pedagógicos no acervo, acompanhar a mudança das matrizes curriculares, verificar se a quantidade de bibliografia atinge as exigências do instrumento vigente, instituir ou fazer conhecida a política de atualização do acervo (SILVA, 2013).

O papel da biblioteca no processo de avaliação será resumido nos quadros abaixo, de acordo com o Instrumento vigente atualmente. Mesmo que os critérios, de quantidade, permitam acervo virtual, isso não desobriga que se tenha a quantidade pedida de livro impresso.

O quadro 14 mostra os critérios exigidos pelo INEP na avaliação da biblioteca, no item Bibliografia Básica, quantitativo para cada item que consta na bibliografia apresentada.

Quadro 14 – Critérios do INEP para Avaliação da Biblioteca – Bibliografia Básica

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Bibliografia básica (Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia básica disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passa a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5: Conceito 3 – de 13 a 19 vagas anuais Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais	1	Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para 20 ou mais vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a

<p>Procedimentos para cálculo:</p>		<p>menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>
<p>Identificar as unidades curriculares (disciplinas) do curso, identificar os títulos (livros) da bibliografia básica em cada unidade, localizar o quantitativo (nº de exemplares) de cada título relacionado, dividir o nº de vagas pelo somatório de exemplares em cada disciplina, calcular a média dos resultados das divisões anteriores.</p> <p>Caso algum título da bibliografia básica atenda a outro(s) curso(s), é necessário dividir o total de vagas do(s) outro(s) curso(s) pelo total de exemplares do título e recalcular a média considerando esses valores.</p>	5	<p>Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.</p>

Fonte: BRASIL, 2015.

Apesar da aceitação de títulos eletrônicos, a análise ainda é sobre os títulos impressos, assim, no âmbito da graduação, a manutenção das coleções físicas torna-se essencial, uma vez que para possuir um documento com acesso virtual, ele deve estar disponível no quantitativo definido no instrumento de avaliação, e deve ser calculado com base nas vagas oferecidas anualmente (SILVA, 2013).

Já a bibliografia complementar pode estar disponibilizada em acesso virtual e/ou impresso, dispensando a obrigatoriedade do livro impresso.

No quadro 15, constam os critérios do INEP para a bibliografia complementar.

Quadro 15 – Critérios do INEP para Avaliação da Biblioteca – Bibliografia Complementar

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>3.7. Bibliografia Complementar</p> <p>(Para fins de autorização, considerar o acervo da bibliografia complementar disponível para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)</p>	1	<p>Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular.</p>
	2	<p>Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.</p>
	3	<p>Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.</p>
	4	<p>Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com</p>

		dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.

Fonte: BRASIL, 2015.

Já na parte dos periódicos especializados, o quantitativo de revistas solicitado deve estar indexado e ser das principais áreas do curso. Os exemplares podem ser impressos ou com acesso virtual, e que seja dos últimos três anos.

No quadro 16, os critérios do INEP para Periódicos especializados estão abaixo relacionados:

Quadro 16 – Critérios do INEP para Avaliação da Biblioteca – Periódicos Especializados

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.8. Periódicos Especializados (Para fins de autorização, considerar os periódicos relativos às áreas do primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas) Para fins de autorização, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 1 – menor que 3 títulos Conceito 2 – maior ou igual a 3 e menor que 6 Conceito 3 – maior ou igual a 6 e menor que 9 Conceito 4 – maior ou igual a 9 e menor que 12 Conceito 5 – maior ou igual a 12	1	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	2	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	3	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	4	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	5	Quando há assinatura com acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Fonte: BRASIL, 2015.

Todos os critérios adotados servem para manter as condições do acervo de mínimas a desejáveis, para a prestação de um bom atendimento das necessidades informacionais de seus cursos e é de se esperar que as bibliotecas busquem cumprir tais exigências (SILVA, 2013).

Pode-se considerar que o peso atribuído a dimensão que avalia a biblioteca universitária é relativo, pois se percebe a influência da atuação da biblioteca em outras dimensões, tais como na dimensão de políticas de pessoal — qualificação de pessoal e plano de carreira. Dá para ver também a influência do trabalho prestado pela Biblioteca Universitária na consideração da dimensão 2, que diz respeito às políticas de ensino, pesquisa e extensão, como também a primeira dimensão avaliada, na qual trata do PDI, do PPI e do PPC das instituições. Esses fatores aumentam significativamente a responsabilidade da biblioteca no processo de avaliação externa da instituição (OLIVEIRA; DUMONT, 2010).

2.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Em meados de 1895 foi fundada a Escola de Farmácia e Química, seguida da Escola de Engenharia, iniciando-se assim a Educação Superior no Rio Grande do Sul. Logo depois foram criadas as Faculdade de Medicina e de Direito, mas somente em 1934, mais precisamente pelo Decreto Estadual 5.758 de 28 de novembro de 1934, foi criada a Universidade de Porto Alegre. Dois anos depois, foi criado o Primeiro Conselho Universitário e neste conselho foi aprovado o primeiro curso de especialização, ministrado pela Escola de Agronomia (UFRGS, 2014).

Entre 1943 e 1945, a Universidade expandiu-se no Sistema Universitário Estadual. Com essa expansão, criou-se um Programa de Ação da Universidade, e os principais itens são:

1. Autonomia universitária;
2. Elaboração do Plano Geral da Cidade Universitária com determinação para aquisição do terreno para sua futura sede;
3. Ampliação das instalações da Universidade;
4. Desenvolvimento da capacidade e eficiência do Instituto de Química Industrial e da Escola de Agronomia e Veterinária;
5. Centralização administrativa;
6. Centralização em institutos universitários do ensino das disciplinas fundamentais;
7. Reajuste funcional e econômico dos professores das Escolas Superiores, em regime de tempo integral para o ensino das matérias básicas, obrigados a trabalhos de pesquisa científica e técnica (UFRGS, 2014).

Em 1944, Decreto-Lei nº. 736, de 30 de dezembro de 1944, a Universidade passou a gozar de ampla autonomia administrativa e didática, com a aplicação integral dos seus Estatutos, na movimentação das verbas e dos saldos orçamentários pela própria Universidade. Ficam sob a responsabilidade do Reitor todos os atos administrativos na área do ensino superior que antes competiam ao secretário da Educação (UFRGS, 2014).

Em 1947, a Universidade de Porto Alegre passa a se chamar Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1970, a partir da chamada Reforma Universitária, foi dada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul a sua estrutura atual, de organização em institutos e faculdades. Os departamentos passaram a ser unidades fundamentais, reunidos em institutos e faculdades. Neste ano, também passaram a existir novos órgãos superiores, como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Todo o conjunto de bibliotecas foi reorganizado, através da criação de um sistema integrado, o Sistema de Bibliotecas (SBUFRGS) (UFRGS, 2014).

No ano 2000, foi implantada a Biblioteca Virtual da UFRGS que tinha como objetivo o de ampliar e atualizar as fontes de informação científica do Sistema de Bibliotecas. Coordenado pela Biblioteca Central, o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS) conta com 31 bibliotecas setoriais, conforme consta no anexo 1, com seus dados e suas respectivas áreas do CNPq.

Quando os cursos da UFRGS passam por avaliações, a biblioteca vinculada a ele também é avaliada. No anexo 2, constam as bibliotecas avaliadas, as datas e seus conceitos desde 2010. Anualmente, os responsáveis pelas bibliotecas setoriais encaminham para a Biblioteca Central o Censo MEC, onde constam informações detalhadas das atividades realizadas e estatísticas realizadas. Essas informações, constam no anexo 3.

2.4.1 Avaliação Interna na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para discorrer sobre a avaliação interna realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, será fundamental elucidar os processos internos como o Programa Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS, a Comissão Própria de Avaliação, a Secretaria de Avaliação Institucional e os Núcleos de Avaliação das Unidades, Núcleo Docente Estruturante e as Avaliações dos Docentes e das Atividades de Ensino.

2.4.1.1 Programa Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS

De acordo com as informações retiradas da página da Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) da Universidade, o Programa de Avaliação Institucional Permanente da UFRGS (PAIPUFRGS) foi instituído em 2003 e resultou de um processo de avaliação institucional iniciado em 1994 (UFRGS, 2004). Ainda de acordo com os dados disponibilizados na página, a meta era avaliar as diversas atividades e funções desenvolvidas pela UFRGS, verificando o cumprimento da missão da Universidade na sua finalidade de educação e produção de

conhecimento, tendo por princípios a pertinência social e a excelência sem excludência (UFRGS, 2004). Abaixo, as demandas sob responsabilidade do PAIPUFRGS:

- Avaliação das condições de infraestrutura física e de equipamentos;
- Avaliação, alocação, capacitação e valorização dos servidores técnico-administrativos;
- Acompanhamento dos egressos de graduação e de pós-graduação;
- Avaliação do docente e da disciplina pelo discente;
- Aprimoramento da matriz de alocação docente;
- Entendimento da avaliação como processo que envolve ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Sistematização de dados e informações existentes;
- Verificação da qualidade da inserção social da Universidade;
- Análise da gestão da estrutura acadêmica e administrativa;
- Consulta à comunidade sobre relações Universidade-Sociedade;
- Utilização dos resultados das avaliações externas realizadas pelo MEC;
- Atenção especial aos Departamentos/Unidades, que oferecem disciplinas para outros cursos;
- Implementação de formas de superação da evasão de alunos de graduação;
- Utilização da experiência dos professores da UFRGS que participam das avaliações externas do MEC;
- Entendimento da avaliação como processo;
- Utilização dos resultados da avaliação para o planejamento;
- Divulgação dos resultados da avaliação;
- Realização de capacitação pedagógica para os professores;
- Avaliação do custo/aluno de cada Curso (UFRGS, 2004).

Os objetivos do PAIPUFRGS são:

- Enfatizar a avaliação interna, como mecanismo qualificado para trabalhar com as diversas atividades e funções que são desenvolvidas pela UFRGS;
- Utilizar as informações disponíveis na Universidade, inclusive as advindas das diversas avaliações externas, realizadas pelos órgãos governamentais;
- Consultar a comunidade universitária e a comunidade externa sobre seu grau de satisfação em relação ao cumprimento da missão da Universidade;
- Utilizar os resultados da avaliação como instrumentos de planejamento e de gestão (UFRGS, 2004).

Na avaliação da Universidade como um todo, são considerados os seguintes itens:

Egressos

- Consultar os egressos da graduação e da pós-graduação, em relação à sua atividade profissional, para saber se atua na área de formação, se

atua em outra área ou se encontra-se desempregado, bem como saber sua opinião a respeito da formação obtida na Universidade.

Técnicos Administrativos

- Avaliar desempenho, alocação e qualificação, buscando a valorização dos técnico-administrativos, com vistas a subsidiar a elaboração da matriz de alocação de técnico-administrativos.

Avaliação do docente e da disciplina pelo discente

- Otimizar a atual prática de avaliação de disciplina e de docente pelo discente, através de um sistema *on-line* articulado entre a Administração Central e as Unidades Acadêmicas.

Infra-estrutura

- Conhecer as reais necessidades físicas e de equipamentos das Unidades Acadêmicas, presentes e futuras, através dos dados disponibilizados pela Pró-Reitoria de Infraestrutura.

Estimular as Unidades Acadêmicas a aprofundarem a análise de suas demandas e prioridades, considerando inclusive os pareceres das avaliações externas, a fim de subsidiar as instâncias competentes para as necessidades de planejamento e de gestão da Universidade (UFRGS, 2004).

Na avaliação das Unidades Acadêmicas, são considerados os seguintes itens:

Ensino

- Explicitar em que medida e quais as evidências que mostram as relações estabelecidas pela formação educativa, na graduação e na pós-graduação, com a atualidade do mundo do trabalho e da formação cidadã, nos seus aspectos profissionais, éticos, sociais, culturais, ecológicos, econômicos e humanísticos;

Pesquisa

- Situar as pesquisas desenvolvidas, em relação à sua inserção e relevância local, regional, nacional e internacional e em relação a diferentes segmentos da sociedade;

Extensão

- Situar as ações de extensão desenvolvidas, em relação à sua inserção e relevância local, regional, nacional e internacional e em relação a diferentes segmentos da sociedade;

Gestão Acadêmica

- Analisar a gestão acadêmica da Unidade em termos da organização dos: projeto(s) político(s) pedagógico(s), currículo(s) de graduação, programa(s) de pós-graduação, linhas de pesquisa e projetos de extensão.

Gestão Administrativa

- Realizar diagnóstico da gestão administrativa, com foco nos aspectos estratégicos e operacionais, como alicerce ao desenvolvimento das atividades da Unidade.

Infraestrutura

- Analisar dados da infraestrutura física e de recursos tecnológicos, verificando a compatibilidade com as necessidades da Unidade e salientando as prioridades de atendimento.

Pessoal Docente

- Analisar os dados sobre o pessoal docente, de acordo com o Projeto Acadêmico da Unidade/Universidade.
- Subsidiar as instâncias de decisão sobre a matriz de alocação de vagas docentes.

Pessoal Técnico-Administrativo

- Analisar os dados sobre o pessoal técnico-administrativo, capacitado para desenvolver as atividades de apoio técnico e administrativo, de acordo com o Projeto Acadêmico da Unidade/Universidade.

- Subsidiar as instâncias de decisão com elementos para auxiliar na elaboração da matriz de alocação de vagas de técnico-administrativos.

Estudantes

- Avaliar as condições para o atendimento do alunado e as perspectivas de expansão, mantidos os pressupostos de qualidade.
- Conhecer a opinião e sugestões dos alunos sobre o curso, a Unidade e a Universidade, utilizando, dentre outras fontes, as publicações sobre os perfis e representações dos estudantes do ensino médio e técnico, da graduação e da pós-graduação.

Relações Institucionais

- Reconhecer a vocação social da Unidade, através dos tipos de relações estabelecidas, com os diferentes segmentos da sociedade, realizados através de convênios, consultorias e similares (UFRGS, 2004).

Em 2004, o programa evoluiu no sentido de contemplar as prescrições da já referida Lei do SINAES (Lei nº 10.861/2004), passando a denominar-se Programa SINAES/PAIPUFRGS. Assim, a avaliação global da Universidade passou a ser baseada nas dimensões do SINAES e as específicas passaram a ser tratadas pelos Núcleos de Avaliação das Unidades (ELLWANGER, 2015).

2.4.1.2 A Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria da Avaliação (CPA) é regida pelo art. 11 da Lei do SINAES (Lei nº 10.861/2004):

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior (BRASIL, 2004).

A composição, duração dos mandatos dos membros, dinâmica de funcionamento e a especificação das atribuições da CPA são itens que devem constar em uma regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada Instituição de Ensino Superior (ELLWANGER, 2015).

Em relação à UFRGS, a CPA é regida pela Decisão 184/2009, que aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, como está disponível abaixo:

Art. 1º - A Comissão Própria de Avaliação - CPA, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, tem por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (UFRGS, 2009).

A CPA contempla três segmentos da comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada, que estão compostas no art. 2 da Decisão 184/2009:

- a) 6 (seis) representantes docentes, com experiência em avaliação e/ou gestão acadêmica, indicados pelo Reitor e homologados pelo Conselho Universitário;
- b) 4 (quatro) representantes dos servidores técnico-administrativos, com funções e/ou experiência vinculada à área de avaliação, indicados pelo Reitor e homologados pelo Conselho Universitário;
- c) 2 (dois) representantes discentes de graduação, indicados pelo Diretório Central de Estudantes - DCE;
- d) 2 (dois) representantes discentes de pós-graduação, indicados pela Associação de Pós-Graduandos - APG;
- e) 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada, indicados por Federações de Trabalhadores e de Empregadores, e que sejam vinculados aos departamentos de educação dessas entidades (UFRGS, 2009).

O mandato de cada membro tem a duração de um ano, permitindo renovação. A CPA conta com a SAI e os Núcleos de Avaliação de Unidades Acadêmicas e Escolares (NAUs) para execução dos trabalhos.

A Presidência da CPA será exercida pelo titular da SAI, que assume as seguintes atribuições:

- a) Coordenar os processos internos de avaliação, a serem executados pela SAI e pelos NAUs;
- b) Coordenar o trabalho, desenvolvido pela SAI e pelos NAUs, de sistematização e prestação de contas quanto às informações solicitadas pelo INEP;
- c) Delegar à SAI a competência da execução do processo de avaliação, que será desenvolvido em conjunto com os NAUs;
- d) Manter-se sistematicamente informada sobre todos os procedimentos desenvolvidos pela SAI e pelos NAUs;
- e) Estabelecer calendário de reuniões sistemáticas para acompanhar o desenvolvimento do processo avaliativo (UFRGS, 2009).

Além dessas atribuições, cabe ao Presidente da CPA coordenar as atividades e convocar os membros para reuniões, ou outras atividades vinculadas à avaliação. O comparecimento às reuniões é obrigatório, caso um membro se ausente em três reuniões durante o ano, ele é substituído, como afirma Ellwanger (2015).

2.4.1.3 Secretaria de Avaliação Institucional e os Núcleos de Avaliação das Unidades

A Secretaria de Avaliação Institucional (SAI) é o órgão da administração central responsável por coordenar e articular as diversas ações de avaliação desenvolvidas pela Universidade. Compete à SAI:

- a) integrar, como membro, a CPA;
- b) co-coordenar, juntamente com a CPA, e articular, com as Unidades Acadêmicas e com os diversos setores da Administração Central, o desenvolvimento do Projeto de Avaliação Institucional SINAES/PAIPUFRGS;
- c) Subsidiar as Unidades Acadêmicas e Escolares com dados e informações necessárias e pertinentes para a execução do SINAES/PAIPUFRGS;
- d) Organizar e desenvolver seminários e outros eventos que se fizerem necessários para ancorar o desenvolvimento das atividades do SINAES/PAIPUFRGS;
- e) Auxiliar as Unidades Acadêmicas e Escolares na realização de seus eventos internos;
- f) Sistematizar os processos e resultados das ações de avaliação, em relatórios parciais e em publicação final, em comum acordo com a CPA e encaminhá-los aos devidos fins (UFRGS, 2009).

Os Núcleos de Avaliação das Unidades (NAUs) são criados nas Unidades onde estão sediados os cursos, sendo representações da CPA nas mesmas. Compete aos NAUs:

- a) Implantar o processo de avaliação das Unidades, segundo o SINAES/PAIPUFRGS, envolvendo a comunidade de alunos, professores e servidores técnico-administrativos;
- b) Realizar eventos que sirvam de suporte teórico e prático ao processo de avaliação;
- c) Responsabilizar-se pela análise do diagnóstico de sua Unidade, coordenando o processo de Avaliação Interna;
- d) Participar de grupos de trabalho organizados pela SAI;
- e) Elaborar o projeto de avaliação interna da Unidade, contemplando suas peculiaridades e especificidades, entendendo as dimensões do SINAES/PAIPUFRGS como referências orientadoras;
- f) Organizar relatórios de avaliação, de acordo com o cronograma geral do SINAES/PAIPUFRGS (UFRGS, 2015).

Cada Núcleo de Avaliação terá um Coordenador e um Coordenador substituto, com mandatos de 3 anos cada. Os demais membros dos NAUs serão constituídos da seguinte forma e pelos períodos determinados abaixo:

- I - 4 (quatro) representantes docentes, eleitos pelo Conselho do ..., independente de representação, preferencialmente dentre aqueles possuem experiência em avaliação institucional;

II - 2 (dois) representantes do corpo técnico-administrativo, eleitos pelo Conselho do ..., independente de representação, preferencialmente dentre aqueles que possuem experiência em avaliação institucional;

III - 2 (dois) representantes discentes, sendo 1 (um) da graduação e 1 (um) da pós-graduação, indicados pelo Diretório Acadêmico e Associação dos Pós-graduandos, respectivamente;

§ 1º - A representação dos docentes terá mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução;

§ 2º - A representação técnico-administrativa terá mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução;

§ 3º - A representação discente terá mandato de 1 (um) ano;

§ 4º - Todos os membros titulares do Núcleo de Avaliação da Unidade terão suplentes em mesmo número (UFRGS, 2016).

2.4.1.4 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi estabelecido pelo Parecer MEC/CONAES 04/2010 (BRASIL, 2010) e regulamentado na UFRGS através da Resolução 22/2012 (UFRGS, 2012).

De acordo com Ellwanger (2015), o NDE de um curso de graduação é composto por um grupo de catedráticos que têm como função acadêmica acompanhar e atuar nos processos de criação, concretização e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Em regra, esses membros catedráticos exercem certa liderança acadêmica em sua área de estudo, percebida pela produção de conhecimento no desenvolvimento do ensino ou em outras dimensões entendidas como importantes pela IES, principalmente quando atuam no desenvolvimento do curso.

São atribuições do NDE, principalmente:

- Contribuir para a concretização do perfil profissional do egresso do curso;
- Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências de mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e
- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (ELLWANGER, 2015).

Cabe às Instituições de Ensino Superior, por meio de seus colegiados superiores, deliberar sobre suas valências, renovar (parcialmente) os membros (para garantir o prosseguimento dos processos) e acatar as especificações para a composição do NDE, que devem abranger o seguinte: mínimo de cinco professores

que compõem o Corpo Docente do Curso; e que entre eles, no mínimo 60% tenham titulação acadêmica de pós-graduação *stricto sensu* e regime de trabalho em tempo parcial ou integral (ELLWANGER, 2015).

A anteriormente mencionada Resolução 22/2012, institui o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e determina que sejam criados NDEs em todos dos Cursos de Graduação da Universidade pelo respectivo Conselho da Unidade, de maneira consultiva, no acompanhamento do curso, visando sempre a sua qualidade. Também compete à unidade, criar seu próprio regimento que administrará o NDE, por meio de seu Conselho de Unidade e homologado pela Câmara de Graduação do CEPE (ELLWANGER, 2015).

De acordo com o artigo 2º dessa mesma Resolução, são atribuições do NDE dos Cursos de Graduação da UFRGS:

- I. acompanhar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso, tendo em vista a preservação de sua atualidade, em face das demandas e possibilidades do campo de atuação profissional e da sociedade, em sentido amplo;
- II. contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, quando houver, bem como a necessidade de promoção do desenvolvimento de competências, visando à adequada intervenção social do profissional em seu campo de atuação;
- III. zelar pela execução do currículo, tendo em vista sua flexibilização, bem como as políticas e estratégias necessárias a sua efetivação;
- IV. indicar formas de articulação entre o ensino de graduação, a extensão, a pesquisa e a pós-graduação, considerando as demandas específicas do curso e de cada área do conhecimento (UFRGS, 2012).

A composição dos Núcleos Docentes Estruturantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é formada pelo Coordenador da Comissão de Graduação do Curso, e pelo menos cinco docentes indicados pelo Conselho da Unidade. Dentre esses docentes, em torno de 40% devem ter como regime de trabalho a dedicação exclusiva; ter atuação ou formação principal na área de formação do curso de acordo com seu projeto pedagógico; pós-graduação *stricto sensu* e pertencerem ao quadro docente do curso há no mínimo cinco anos e exercer liderança acadêmica (produção de conhecimento na área) (UFRGS, 2012).

O Coordenador do NDE, eleito por seus membros, semestralmente deve reunir seus companheiros para tomarem as suas decisões, através da maioria absoluta de votos.

2.4.1.5 Avaliação dos Docentes e das Atividades de Ensino pelos Alunos

A Resolução 51/97 (UFRGS, 1997) ordena a avaliação das atividades de ensino e do desempenho didático dos docentes da UFRGS, a qual é utilizada para fins de progressão funcional dos mesmos.

A avaliação do desempenho didático deve ser realizada por uma Comissão de Avaliação de Desempenho Didático (CADD) principalmente criada para esta finalidade na esfera de cada Departamento, tem caráter permanente, e é composta, por no mínimo, dois docentes do Departamento e um representante discente do curso (ELLWANGER, 2015).

Concerne a cada Departamento: regulamentar a composição da CADD, tempos de mandato e a forma de eleição de seus membros e analisar, juntamente com a Comissão de Graduação (COMGRAD), as solicitações de progressão funcional de cada docente (ELLWANGER, 2015).

Cada Departamento deve dispor de seu próprio instrumento de avaliação, nomeado como questionário, e que obrigatoriamente deve ser respondido pelos alunos semestralmente e em todas as atividades de ensino/turmas de graduação, pós-graduação e extensão nas quais os docentes do Departamento atuem. Esse questionário deve ser simples, com avaliação escalar de quesitos, para estimular seu preenchimento e facilitar a automatização das informações; precisa conter um campo que permita a inclusão de comentários a respeito da atividade de ensino e do desempenho do docente (ELLWANGER, 2015).

Toda a documentação referente ao processo de avaliação dos docentes, incluindo os questionários, deve ficar à disposição da CADD para análise. Fazem parte dessa documentação, as auto avaliações realizadas pelos docentes, que devem incluir uma análise objetiva sobre seu desempenho didático, infraestrutura, para o funcionamento da atividade de ensino. É dever de cada Departamento definir o formato padrão para o relatório desta auto avaliação (ELLWANGER, 2015).

Sobre os questionários, esses incluem a avaliação não apenas do desempenho do docente em sala de aula, mas também da atividade de ensino, contexto do currículo e a infraestrutura disponibilizada (salas de aula, laboratórios, biblioteca, recursos para trabalho de campo e recursos audiovisuais e questões curriculares). Cabe a cada Departamento definir os quesitos específicos a serem

incluídos nos questionários, de acordo com as peculiaridades de sua área de conhecimento (ELLWANGER, 2015).

Ainda de acordo com Ellwanger (2015), a avaliação realizada pela CADD resulta em nota final para o desempenho didático do docente, e esta avaliação é feita apenas no momento da análise de solicitação de sua progressão funcional. Os resultados desta tabulação, tanto a de progressão funcional, quanto a semestralmente são públicas e nominais.

2.4.2 Avaliação Externa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Para dissertar sobre a avaliação externa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, será necessário explanar sobre o Sistema E-MEC e sobre a Avaliação dos Cursos de Graduação (visitas, atribuição de conceitos, ciclo avaliativo, indicadores).

2.4.2.1 Os Sistemas e as Bases de Dados do MEC

A Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, da Educação Superior no Sistema Federal de Educação (BRASIL, 2007).

O e-MEC é um sistema eletrônico que trata da movimentação do trabalho e da administração de informações referentes aos procedimentos de regulação, avaliação e supervisão de instituições e cursos superiores do Sistema Federal de Educação. Com isso, a tramitação destes processos, incluindo as notificações e as publicações dos respectivos atos são feitas exclusivamente em meio eletrônico, gerando registro e correspondente número de transações, mantendo a informação do andamento processual da mesma (ELLWANGER, 2015).

A movimentação desses processos se faz mediante a utilização de Certificados Digitais. O acesso ao sistema seja por parte das IES, do agente público ou qualquer agente habilitado dá-se através de uma chave de identificação e senha. Com isso, os dados informados e os documentos exigidos, ficam à disposição das auditorias internas e externas do MEC (ELLWANGER, 2015).

A contagem dos prazos se dá em dias corridos, levando em consideração o horário disponível do sistema, que é informado aos usuários. Ainda de acordo com Ellwanger (2015), caso o sistema esteja indisponível, o prazo será remarcado.

Os documentos que integram o e-MEC são públicos, com algumas ressalvas das informações exclusivas de interesse privado das IES. O e-MEC está implantado em ambiente eletrônico, de modo a aceitar informações sobre o andamento dos procedimentos, relação das IES credenciadas e reconhecidas, dos cursos autorizados, reconhecidos ou com reconhecimento renovado, além dos atos autorizativos e os elementos significativos de instrução processual (ELLWANGER, 2015).

O cadastro do e-MEC é um cadastro eletrônico de consulta pela internet, mantido pelo MEC e formando uma base de dados oficial e única fonte de informações relativas às IES e seus Cursos de Graduação. Esses dados são públicos, com ressalvas antevistas na legislação. No cadastro é concedido um código próprio para cada IES, com o curso e o local da oferta de Educação Superior. Com relação aos cursos é efetivado um registro apropriado a cada PPC, que conduza a um diploma a ser expedido, independentemente do compartilhamento de disciplinas, percursos formativos ou forma de acesso entre eles (ELLWANGER, 2015).

São mantidos no Cadastro e-MEC, juntos ao registro da IES/Curso, campos para inserção da versão atualizada do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), para simples informação, sem vínculo com o processo regulatório, como também informações sobre o relatório de auto avaliação validado pela CPA, a ser apresentado anualmente (ELLWANGER, 2015).

Cada IES deve indicar um Procurador Educacional Institucional (PI) para ser o responsável pelas informações no Cadastro do e-MEC e nos processos regulatórios, bem como os elementos de avaliação, incluídos as informações necessárias à realização do ENADE. O PI deve estar ligado à Reitoria ou Pró-Reitoria de Graduação, a fim de que as informações sejam repassadas em seu todo. Essas informações repassadas, tanto pelo PI quanto pelos auxiliares institucionais (AIs) são válidas para todos os efeitos legais (ELLWANGER, 2015).

Além do Sistema e do Cadastro e-MEC, existe também um Cadastro Nacional de Docentes que é a base oficial de dados referentes aos docentes vinculados às Instituições de Ensino Superior, tendo prioridade sobre outros repositórios de

informações alusivas a professores da educação superior no domínio do MEC. As instituições são responsáveis pela atualização periódica e validação dos dados, quando solicitadas pelos órgãos do MEC ou autarquias vinculadas (ELLWANGER, 2015).

2.4.2.2 A Avaliação dos Cursos de Graduação

A avaliação dos Cursos de Graduação tem como finalidade identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Essa avaliação é concretizada por meio de processos e instrumentos diversificados, os quais têm seus conteúdos definidos com o apoio de Comissões Assessoras de Área, designadas pelo INEP (ELLWANGER, 2015).

2.4.2.2.1 As Visitas das Comissões de Avaliação e Atribuição dos Conceitos

Entre os processos empregados na avaliação, as visitas *in loco* das comissões de avaliação externas são obrigatórias e instituídas pelo INEP e são formadas por especialistas em suas respectivas áreas do conhecimento, cadastrados e capacitados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (ELLWANGER, 2015).

As datas designadas para as visitas são informadas no Sistema e-MEC, e a IES deve preencher um formulário eletrônico de avaliação de curso, no prazo de 15 dias depois que são disponibilizados no sistema do INEP, sob pena do arquivamento do processo. Caso haja arquivamento, caberá recurso na Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do MEC, no prazo de dez dias, a partir da notificação do sistema (ELLWANGER, 2015).

A Comissão de Avaliadores perfaz a avaliação *in loco*, utilizando o Instrumento de Avaliação e os respectivos formulários. Além disso, devem estar disponíveis para análise pela Comissão, anteriormente, à realização da visita, outros documentos que permitam considerar o curso em conjunto com a IES, como relatórios parciais e finais do processo de auto avaliação da instituição; informações sobre protocolos de compromisso e termos de saneamento de deficiências e seus relatórios de acompanhamento, bem como sobre os planos de melhorias, quando for

o caso; informações sobre o credenciamento e o último credenciamento da IES (de acordo com o seu PDI); indicadores de qualidade da instituição, de seus cursos e do desempenho de seus estudantes, disponíveis no momento da avaliação; os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro e-MEC; e outros dados considerados pertinentes pelo CONAES (ELLWANGER, 2015).

O trabalho da Comissão de Avaliação deve ser regularizado pelo registro fiel e circunstanciado das condições concretas de funcionamento do curso, compreendidas as ocasionais deficiências em um relatório que servirá como referencial básico para a decisão da SERES. A comissão também deve aferir a exatidão dos dados informados pela instituição com especial atenção ao PPC. É vedado à comissão fazer recomendações ou sugestões às IES avaliadas, ou oferecer qualquer tipo de aconselhamento que influa no resultado da avaliação, sob pena de nulidade do relatório, a juízo do INEP (ELLWANGER, 2015).

Os formulários integrantes do instrumento de avaliação contêm espaço para o processamento de dados quantitativos e outro para a apreciação qualitativa dos avaliadores. Os dados quantitativos precisamente exigíveis, sempre que possível, são processados eletronicamente pelo sistema, com base nas informações apresentadas pela instituição. As demais informações são inseridas nos formulários pela instituição e verificadas pela comissão avaliadora. A avaliação qualitativa é elaborada pela comissão, com base na apreciação dos dados colhidos na visita. Ao final da avaliação, é facultado à instituição informar sobre a atuação da comissão, em campo próprio do sistema (ELLWANGER, 2015).

Uma vez concretizada a visita, a comissão de avaliadores prepara um relatório conferindo um conceito de avaliação (entre 1 e 5). O relatório é lançado no sistema e-MEC e o INEP notifica respectivamente a IES e a SERES, as quais têm um prazo comum de 60 dias para protestar o resultado da avaliação. Havendo contestação, é aberto um prazo comum de 20 dias para contrarrazões da SERES ou da IES, conforme o caso; em seguida, o processo é submetido à Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), a qual aprecia conjuntamente as manifestações da instituição e da SERES e decide, motivadamente por uma dentre as seguintes medidas: manutenção do parecer da comissão de avaliação; reforma do parecer da comissão de avaliação, com alterações do conceito, para mais ou para menos, conforme sejam acolhidos os argumentos da instituição ou da SERES; anulação do relatório e parecer, com base em falhas na avaliação, determinando a

realização de nova visita. A Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA) aprecia somente as manifestações inseridas no Sistema e-MEC. Ela não efetua diligências e nem as verificações *in loco* (ELLWANGER, 2015).

2.4.2.2.2 O Ciclo Avaliativo, os Indicadores de Qualidade e os Conceitos de Avaliação

O ciclo avaliativo compreende a realização periódica da avaliação das IES e de seus cursos superiores, com menção nas avaliações trienais de desempenho de estudantes, nos atos de credenciamento e de renovação de reconhecimento. O credenciamento, a autorização e o reconhecimento de cursos superiores são considerados atos de entrada no sistema, e sujeitam-se a avaliação específica, não condicionada pelas normas que regem o ciclo avaliativo, salvo disposição expressa nesse sentido (ELLWANGER, 2015).

As avaliações do ciclo avaliativo são norteadas por indicadores de qualidade, e produzem conceitos de avaliação de instituições e cursos superiores, expedidos periodicamente pelo INEP. Os indicadores de qualidade são computados pelo embasamento dos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo o procedimento aprovado pelo CONAES. Eles são apresentados numa escala de cinco níveis, em que níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. Os indicadores de qualidade são: Cursos Superiores – Conceito Preliminar de Curso; Instituições de Educação Superior – Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC); Desempenho de Estudantes – Conceito obtido os resultados do ENADE (ELLWANGER, 2015).

No que lhe concerne, os conceitos de avaliação são obtidos após a avaliação *in loco* realizada pela comissão de avaliação do INEP, sendo declarados numa escala de cinco níveis, em que níveis iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. Os conceitos de avaliação são os seguintes: Curso – Conceito de Curso (CC), consideradas as condições relativas ao perfil do corpo docente, à organização didático-pedagógica e às instalações físicas; Instituição – Conceito de Instituição (CI), consideradas as dimensões analisadas na avaliação institucional externa (ELLWANGER, 2015).

Como consta em Ellwanger (2015), logo após a etapa de avaliação *in loco*, os relatórios de avaliação, bem como os conceitos de curso e de instituição, são disponibilizados para exibição no Cadastro e-MEC.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo aborda a metodologia usada na execução desta monografia. E para desenvolver e delimitar o presente trabalho será preciso especificar alguns itens da metodologia que serão adotados ao longo do texto.

Segundo Gil (2010), a pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem como finalidade proporcionar as respostas aos problemas que são propostos. Ela é requerida quando não se dispõe de informações suficientes para responder a essas propostas ou quando a informação não está corretamente disponível.

O passo a passo da delimitação do trabalho pode começar com a escolha do tipo da pesquisa, onde se pode incluir a natureza, os objetivos que serão alcançados, a abordagem que será realizada e os procedimentos feitos. Depois, estabelecer a população da amostra, no caso bibliotecários do sistema de bibliotecas setoriais da UFRGS.

O procedimento adotado para a pesquisa foi a bibliográfica, que é requisito fundamental na execução de qualquer tipo de pesquisa, que como afirma Gil (2010), que ela é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A Pesquisa Bibliográfica permite que o pesquisador obtenha informações sobre tudo o que já foi escrito sobre determinado assunto, e com isso, pode trabalhar o mesmo em um novo enfoque ou abordagem (GIL, 2010).

Uma das limitações dessa pesquisa foi justamente a leitura escassa sobre o assunto, principalmente no enfoque analisado. Mas mesmo com essa limitação, todos os objetivos foram alcançados de maneira favorável.

Quantitativa é a natureza desse trabalho, pois ele buscou encontrar as respostas a partir de um fenômeno humano (as visitas de avaliação *in loco*). Assim, algumas respostas foram quantificadas e outras categorizadas para facilitar a análise dos dados e com isso atingir os objetivos propostos.

A estratégia de pesquisa adotada consistiu em um Estudo de Caso. Os estudos de caso são os mais comuns, de acordo com Alves-Mazzotti (2006), pois são os que focalizam apenas uma unidade: um indivíduo, um pequeno grupo, uma instituição, um programa, ou um evento, no caso deste trabalho o grupo de bibliotecários das bibliotecas setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ainda de acordo com Alves-Mazzotti (2006), o estudo de caso, caracteriza-se

justamente por esse interesse em casos individuais e não pelos métodos de investigação.

Logo após a escolha do grupo a ser estudado, foi necessário criar um questionário, em que todos os bibliotecários pudessem responder as questões pertinentes à pesquisa. O questionário elaborado foi simples, com questões abertas e fechadas, e que manteve o anonimato dos respondentes. Após a preparação do modelo piloto, no começo do mês de outubro, o questionário-modelo foi enviado para a Bibliotecária da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) Josiane Gonçalves da Costa, que além de responder, ainda ofereceu algumas dicas para a melhora do instrumento de coleta de dados.

Em 26 de outubro, após as mudanças realizadas, a Coordenadora do SBUFRGS encaminhou um *e-mail* para os 130 bibliotecários que atuam nas 31 bibliotecas do Sistema. Neste *e-mail*, além de uma breve apresentação, constava um link que remetia ao questionário hospedado no *Google Forms*. O questionário encontra-se no Apêndice A.

A data limite para responder ao questionário era o dia 11 de novembro. Somente 10 questionários retornaram, mas mesmo com essa limitação, a análise de dados foi exitosa. Ao final da data estabelecida, as respostas foram exportadas para um documento de Excel, onde as mesmas puderam ser analisadas e comparadas. As respostas foram disponibilizadas em linhas, e as perguntas e dados dos respondentes foram apresentados em colunas, como nota-se na figura abaixo:

Figura 2 – Formulário de Excel com as Respostas do Questionário

1	Respondentes	Indicação de data e hora	1. Você participou de algu	2. Você recebeu algum m	3. Você participou de algu	4. Foi elaborada ou imple	Na pergunta nº 4, caso a	5. Após a visita do MEC/ Na pergunta nº 5, caso a
2	R1	01/11/2016 17:09:09	Sim	Sim	Não	Não		Não
3	R2	01/11/2016 17:57:28	Sim	Não	Sim	Não		Não
4	R3	01/11/2016 18:47:30	Sim	Não	Não	Sim	Elaboração de document	Não
5	R4	03/11/2016 07:38:40	Sim	Sim	Sim	Sim	Reunião com a Comgrad	Não
6	R5	03/11/2016 08:46:26	Sim	Sim	Não	Não		Não
7	R6	03/11/2016 08:52:22	Não	Não	Não	Não		Não
8	R7	03/11/2016 10:04:50	Sim	Sim	Não	Não		Não
9	R8	03/11/2016 10:58:15	Não	Não	Não	Não		Não
10	R9	03/11/2016 17:11:07	Sim	Não	Não	Não		Não
11	R10	04/11/2016 09:11:49	Não	Não	Não	Não		Não

Fonte: A autora, 2016.

Após essa organização, os dados foram padronizados para posterior análise. Essas análises foram feitas e serão apresentadas no próximo capítulo.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os dados obtidos através do questionário, que se encontra no apêndice A, e que foi enviado aos bibliotecários por *e-mail*. Esse questionário tinha como finalidade reunir as concepções dos bibliotecários da UFRGS acerca das Avaliações do MEC/INEP em suas bibliotecas.

Os dados relevantes foram apresentados por meio de gráficos (quando era necessário algum auxílio visual, principalmente nas questões fechadas), e de transcrições das respostas nas questões abertas. As transcrições foram identificadas de acordo com a ordem de recebimento dos questionários respondidos pelos bibliotecários, de um a dez, que serão identificados pelos códigos B01, B02, etc., pois os mesmos não foram nomeados durante o preenchimento da pesquisa. Os respondentes que não tinham opinião formada sobre a questão ou que as respostas não estavam claramente compreendidas, foram considerados como: “não opinaram/não responderam”. Todas as respostas estão elencadas abaixo, de acordo com a ordem em que foram dispostas no instrumento de coletas de dados (questionário).

No que se refere a primeira questão, a que aborda a participação dos bibliotecários em visitas de avaliação do MEC, as respostas indicam um predomínio de participação dos bibliotecários, pois dos 10 respondentes, 7 (70%) alegaram ter participado de alguma visita de avaliação. Já 3 (30%) respondentes, afirmaram não terem participado de nenhuma visita do MEC.

Essa situação demonstra que nas bibliotecas onde esses três respondentes estão lotados, não houve nenhuma avaliação de curso durante o período de trabalho. Ou, como afirma Tavares et al. (2014), a avaliação do SINAES tem focado seus esforços em Instituições de Ensino Superior privadas, deixando que as Federais foquem seus esforços no ENADE.

A segunda questão trata sobre o recebimento de material com orientações sobre como proceder durante a visita *in loco* do MEC/INEP. Do total de 10 respondentes, 6 (60%) afirmaram que não receberam nenhum material com informações sobre como proceder durante a visita de avaliação *in loco* do MEC/INEP.

Considerando-se que os bibliotecários, em sua maioria, não têm acesso garantido à literatura sobre avaliação e às questões que o tema tem suscitado, é de compreender que organizem seus ambientes de trabalho de

forma inadequada, ainda que desejando fazer o melhor. Eles próprios mostram-se insatisfeitos com o uso das medidas, embora sem saber com clareza, como avaliar, o que avaliar e qual a função da avaliação, inclusive de suas próprias atividades (MONTE, SANTOS, 2004).

Tais informações comprovam a opinião pessoal de que existe uma carência de material informativo institucional sobre o tema de visitas *in loco* de avaliação do MEC.

Na terceira questão, que aborda a participação do bibliotecário em alguma atividade preparatória para a visita, como por exemplo, reunião com a Comissão de Graduação (COMGRAD), dentre as respostas recebidas dos 10 respondentes, 8 (80%) afirmaram que não participaram de nenhuma atividade com a COMGRAD (dos respectivos cursos), o que demonstra que esses bibliotecários não foram incluídos em reuniões acerca da visita *in loco* de avaliação do MEC/INEP.

O bibliotecário ao não ser informado e nem convocado para reuniões sobre os processos que estão em andamento na IES, resulta num bibliotecário inseguro e impreciso durante a visita *in loco*, como afirma Rocha (2016).

A Comissão de Graduação (COMGRAD) é imprescindível na etapa que antecede a visita, pois é a responsável pela maioria das informações repassadas ao MEC, como por exemplo, a atualização das bibliografias que constam nos PPCs e demais documentos oficiais. Essa comunicação, não apenas entre professores e bibliotecários é importante, pois essas bibliografias dos cursos são elaboradas a partir dos planos bibliográficos enviados pelos professores à biblioteca, porém nem sempre elas são expedidas ou estão atualizadas, como afirma Oliveira (2010), pois é necessário um trabalho conjunto entre a biblioteca e o corpo docente da instituição.

A pergunta subsequente, averiguou acerca da elaboração ou implementação de alguma rotina distinta na biblioteca, à habitualmente praticada. Tal questionamento objetivou lacunas em relação ao recebimento da Comissão de Avaliação do MEC.

Dos 10 bibliotecários respondentes, 2 (20%) confirmaram que sim, que foram implementadas rotinas diferentes dos habituais. Destaca-se abaixo as respostas obtidas:

- a) Elaboração de documento específico relacionado às bibliografias do curso avaliado e sua respectiva disponibilidade por disciplina, isto é, a quantidade de exemplares existentes na Biblioteca de cada título elencado nos planos de ensino. A essa informação é acrescentado o cálculo que será feito pela comissão avaliadora, adiantando sua tarefa, e já apresentando o resultado correspondente à situação encontrada (B03).

- b) Reunião com a COMGRAD/ Análise dos planos de ensino e a bibliografia recomendada/ analise se a bibliografia recomendada existe na Biblioteca/ compra dos livros faltantes (B04).

Entretanto, 8 (80%) respondentes afirmaram que não tiveram suas rotinas alteradas pelo recebimento da Comissão de Avaliação do MEC/INEP.

A questão seguinte trouxe respostas para a pergunta: após a visita do MEC/INEP, em sua biblioteca, foram implantadas novas rotinas de trabalho?

Nesta questão, a resposta foi unânime, ou seja, todos os 10 bibliotecários respondentes afirmaram que após a visita do MEC, suas rotinas não sofreram alterações.

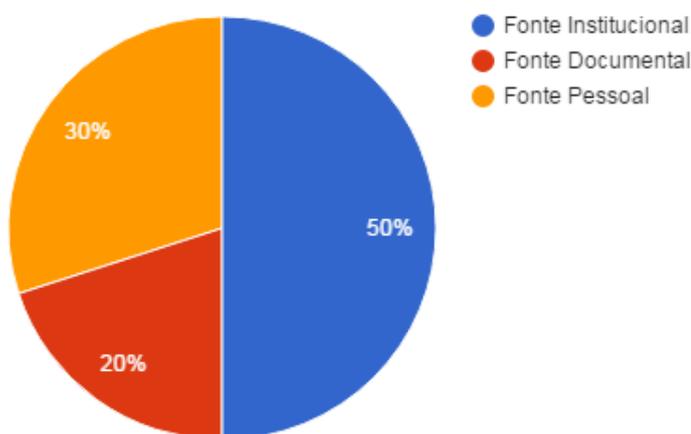
Sobre as fontes de informação, foi indagado quais fontes de informação os respondentes utilizavam para desfazer dúvidas sobre avaliação do MEC, principalmente antes da visita de avaliação *in loco* do MEC.

Dos 10 respondentes, 5 (50%) bibliotecários responderam que se utilizam de fontes institucionais (empresas, governamentais, não governamentais) para dizimar suas dúvidas sobre avaliação *in loco* do MEC/INEP.

Enquanto 3 (30%) respondentes afirmaram que se utilizam de fontes pessoais (conhecimento tácito sobre o assunto), para dirimir suas dúvidas. E 2 (20%) garantiram que utilizam de fontes documentais para extinguir suas dúvidas.

Oliveira (2010) afirma que para a biblioteca universitária ser bem projetada, é necessário que se tenha conhecimento sobre as fontes de informação da área e sobre os seus serviços existentes.

Gráfico 1 – Fontes de informação utilizadas para sanar dúvidas sobre avaliação do MEC/INEP

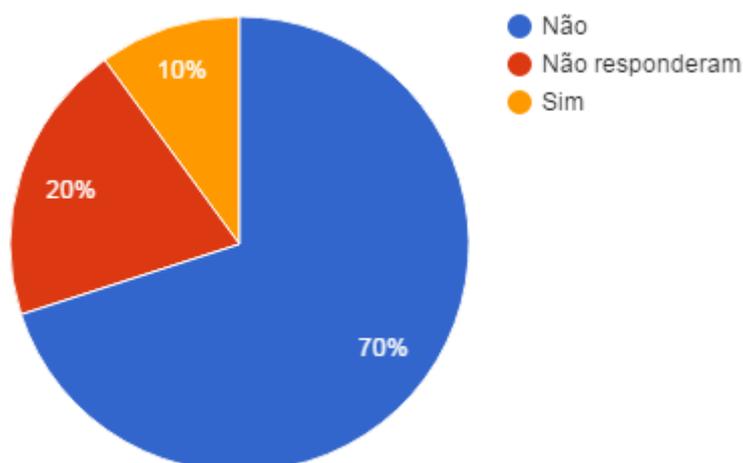


Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Quanto as alterações nas tarefas/rotinas da biblioteca, foi questionado se durante a visita do MEC houve alguma mudança no desenvolvimento de suas tarefas ou na rotina da biblioteca. Dos 10 respondentes, 7 (70%) asseguraram que durante a visita *in loco*, suas rotinas não sofreram alterações.

Somente 1 (10%) dos respondentes afirmou que sim, que durante a visita do MEC suas tarefas sofreram mudanças, ele respondeu: “tive que ficar à disposição da Comissão para a visita (B07)”. Isso indica que esse respondente é, possivelmente, o Chefe da Biblioteca, que tradicionalmente fica à disposição da Comissão de Avaliação. Ainda assim, cabe destacar que a mobilização dos bibliotecários é necessária no sentido de propor ações e estratégias para que o bibliotecário seja mais atuante durante esse processo de avaliação.

Gráfico 2 – Mudança no desenvolvimento das tarefas durante a visita *in loco* do MEC/INEP



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Sobre as principais dificuldades encontradas, referentes às visitas do MEC/INEP, somente dois bibliotecários não responderam, B06 e B10, sendo que o B06 é o mesmo bibliotecário que nunca havia participado de uma visita *in loco* do MEC. Outros três responderam que não encontraram dificuldade nenhuma (B01, B05 e B09) e um respondente assegurou que não podia opinar, pois não estava envolvida no processo (B08). Quanto as principais dificuldades elencadas pelos respondentes temos os seguintes destaques:

- Elaboração de relatórios específicos (B02);

- Às vezes os Professores não entendem a importância dessa visita, o que torna nosso trabalho mais lento (B04);

Tais respostas corroboram a alegação de Rocha (2016), que afirma que o bibliotecário deve estar atento aos documentos previamente fornecidos e inseridos nos sistemas eletrônicos do MEC, e também elaborar os demais documentos necessários. Um exemplo desse documento descritivo, previamente enviado ao MEC, consta no Anexo D.

- Eles queriam que os livros estivessem nas estantes. No entanto os livros estavam emprestados (B07).

A resposta do B07 demonstra que a ausência de um bibliotecário na comissão de avaliação ocasiona danos para a avaliação da biblioteca e em consequência, na avaliação dos cursos da instituição, como afirma Dziekaniak (2006).

- Desconhecimento dos avaliadores acerca da realidade do processo de compra nas IFES (B03);

A resposta do B03 reflete sobre o desconhecimento dos avaliadores sobre a aquisição de material revestidas de peculiaridades. Por tal motivo, foi idealizado o Bibliograd¹, que é um método de avaliação de acervos de livros didáticos e que parte das informações constantes na bibliografia dos planos de ensino das disciplinas de graduação (STREHL, et al., 2010).

No questionamento sobre ações preparatórias os respondentes foram estimulados a sugerir algumas ações para serem efetivadas antes da visita do MEC/INEP.

Dos 10 respondentes, somente um (10%) respondente não opinou, o B06, que não havia participado de uma visita de avaliação *in loco*.

Quando questionados sobre que sugestões possam ser úteis antes da visita, pode-se destacar:

- Revisar tudo o que a biblioteca oferece com o que é cobrado na avaliação (B01);
- Atualização dos bancos de dados com as bibliografias básicas dos cursos é fundamental e contato com as comissões de graduação (B02);

¹ Bibliograd: método criado no âmbito da Biblioteca Central da UFRGS para a avaliação de acervos de livros para a graduação.

- A COMGRAD deve fazer reuniões periódicas com os Professores, cobrando a atualização dos Planos de Ensino e da bibliografia utilizada. E essa bibliografia tem de ter na Biblioteca! (B04);
- Compartilhamento com TODA equipe da biblioteca, de toda a dinâmica que envolve a visita do MEC (B05);
- Verificar o acervo constante nos planos de ensino dos Professores (B07);
- Reunião entre equipe da biblioteca (B08);
- Manter-se atualizado sobre as rotinas do trabalho e o setor, em geral, sendo capaz de passar as informações solicitadas, e facilidade em acessar materiais solicitados pelos avaliadores (B09).

A sugestão do bibliotecário B10 foi a mais interessante em relação ao tema, pois é de fácil aplicação no SBUFRGS e foi tratada no referencial teórico:

“Tomar ciência de todos os requisitos de avaliação que serão cobrados/observados pelos avaliadores. A UFRGS poderia, por meio do SBUFRGS, criar (e manter) um grupo de estudos/trabalho para apoiar as bibliotecas setoriais no processo de avaliação do MEC/INEP. Com este apoio de colegas que passam por esta mesma avaliação, creio que seria mais tranquilo e organizado para todos. Além disso, seria importante cada biblioteca dar feedback para o SBUFRGS sobre como se deu o processo de avaliação na sua biblioteca/unidade acadêmica (B10).”

Outra boa sugestão foi a do bibliotecário B03, que deu sugestões de caráter administrativo sobre o assunto:

"Organização da documentação a ser encaminhada previamente: Regimento Interno, Políticas vigentes, Regulamentos e outras normas utilizadas na Biblioteca; folders de divulgação dos serviços oferecidos e espaços disponibilizados. Estruturação da documentação para análise da comissão, no que concerne à aquisição de material bibliográfico efetuada no ano em curso e no ano anterior, bem como o que ainda está em andamento. Apresentação dos critérios de seleção e compra desse material. Dados de uso do acervo na área do curso em avaliação (B03)."

Todas as sugestões dadas são de fácil implantação, e algumas já foram trabalhadas no corpo deste trabalho. Rocha (2016), afirma que existem alguns comportamentos que não são observados pelo bibliotecário, como informação prévia dos processos em andamento na IES, desconhecimento sobre o trabalho da CPA, preenchimento das documentações solicitadas pelo MEC, fora a administração da Biblioteca, sem consultar previamente os instrumentos de avaliação e demais documentos.

A pergunta posterior versa sobre a importância da avaliação externa realizada pelo MEC/INEP para a Biblioteca Universitária.

Quase todos responderam, exceto o B06, o bibliotecário que nunca tinha participado de uma visita *in loco* do MEC.

As respostas foram as mais variadas,

- Não tem muito importante [sic], os critérios não são muito objetivos e muitas vezes fora do contexto atual. Desconsideram serviços que hoje são importantes (B01);
- A garantia de que há uma infraestrutura básica para a manutenção dos cursos de graduação (B02);
- Importante para checar se as atividades que a Biblioteca desenvolve estão de acordo com as necessidades dos seus usuários, e a partir do que for apontado, corrigir possíveis inconsistências (B05);
- Acho importante, para que o acervo da Universidade seja atualizado (B07);
- Acredito que seja importante para que sejam cumpridas as normas estabelecidas entre o MEC e as bibliotecas universitárias (B08);
- Importante. Permite ao bibliotecário mensurar a qualidade do acervo e o conhecimento dos serviços e produtos da sua biblioteca, com vistas no usuário (B09).

“Desencadeia processos de maior organização do setor, com vistas a facilitar a visualização dos dados e procedimentos da Biblioteca, que são demandados pela comissão avaliadora. Do ponto de vista institucional, oportuniza a Biblioteca fazer demandas que melhorem seu desempenho e conseqüente avaliação, contribuindo para uma melhor na avaliação global do curso (B03).”

“A avaliação externa é muito importante, para mostrar se a Biblioteca Universitária realmente acompanha os Planos de Ensino, da sua Unidade. A Biblioteca Universitária tem de servir ao curso ou cursos da sua Universidade. Ela tem de estar sempre atualizada e manter um relacionamento profundo com o Corpo Docente para que haja coerência entre os Planos de Ensino e seu Acervo (B04).”

“A importância está na avaliação externa em si, na qual avaliadores com outras perspectivas e opiniões podem identificar potencialidades e também fragilidades ao longo do processo de avaliação da instituição de ensino e, por conseqüência, da biblioteca (B10).”

O ponto positivo da avaliação é fortalecer a tese de que os bibliotecários devem tirar proveito das visitas de avaliação do MEC, a fim de garantir melhores serviços, mesmo que para isso, as mudanças sejam necessárias (OLIVEIRA, 2010).

Na penúltima questão, foi arguido que em relação à Biblioteca Universitária, como o bibliotecário interpreta a visita *in loco* do MEC/INEP.

De 10 respondentes, 2 (20%) bibliotecários não opinaram, B06 e B08.

Dois bibliotecários (20%) responderam negativamente sobre como eles interpretavam a visita da comissão. Enquanto o B09 interpreta como burocratizada a visita, o B03 acredita que eles nem precisariam ir na biblioteca, como pode-se ver abaixo;

“A visita em si é bastante diversificada, conforme cada grupo de avaliadores que vem: há os que querem conhecer detalhadamente cada aspecto de sua planilha, mas há também os que em quinze minutos já se sentem satisfeitos. No que tange à biblioteca, a presença dos avaliadores pode ser dispensada, desde que todo o material correspondente à avaliação seja previamente organizada e enviada eletronicamente (B03).”

Enquanto isso, 6 (60%) bibliotecários se manifestaram com respostas positivas:

- Importante, mas os critérios precisam estar no contexto tecnológico atual (B01);
- Necessária (B02);
- Importante. Toda avaliação tem seu valor, principalmente se é para culminar em melhorias (B05);
- Atualização do acervo (B07);
- Necessária. O fato de a avaliação da biblioteca representar praticamente 30% do peso total da avaliação institucional reforça a importância de uma biblioteca de qualidade (acervo, serviços, equipe) para o MEC (B10).

Dos 8 respondentes, a grande maioria considera que a visita de avaliação *in loco* é importante para os processos avaliativos da biblioteca. Que fazem parte da rotina, como uma parte importante da avaliação.

Na última questão indaga-se as sugestões, com relação às visitas de avaliação *in loco* do MEC/INEP na Biblioteca Universitária.

De 10 respondentes, três bibliotecários não opinaram (B05, B06 e B08), mas todos os outros responderam e suas respostas foram importantes.

“Que independente de visita do MEC, as bibliotecas estejam sempre equipadas, com dados atualizados no que se refere às bibliografias básicas e complementares dos cursos que oferece e mantenham uma infraestrutura adequada de atendimento ao usuário. Pois o que deve importar mais é o atendimento às demandas dos usuários e não apenas a visita do MEC/INEP (B02).”

“Considero as visitas irrelevantes, porém não as informações demandadas. Julgo que até haveriam mais critérios que poderiam ser agregados ao elenco de dados capturados, mas tudo poderia ser remetido eletronicamente sem prejuízo da informação que é prestada. Julgo de grande importância a atividade de avaliação, principalmente porque motiva ou obriga que as bibliotecas se estrutrem melhor nos seus procedimentos e rotinas (B03).”

“Poderia ser avisado, com pelo menos 1 semana de antecedência a visita. É só para dar tempo para arrumar alguma coisa que não esteja de acordo. Também, poderia termos na Biblioteca, 2 integrantes da Equipe que soubessem tudo sobre essas visitas, dessa forma o tempo para organizar tudo, seria menor e mais consistente (B04).”

- Englobar outras áreas da atuação da biblioteca universitária (B01);
- Tenha em mãos os planos de ensino dos professores e um bom catalogo e um sistema de empréstimo automatizado (B07);
- Que a avaliação fosse pautada, também, na observação dos serviços da biblioteca (B09);
- Já faz algum tempo que eu não participo de uma avaliação *in loco*. As minhas experiências foram anteriores à minha entrada na UFRGS. Não tenho mais sugestões para oferecer no momento (B10).

Mesmo com o baixo retorno dos questionários, as respostas foram esclarecedoras e podem ser bem aproveitadas para um estudo futuro, visando sempre a Avaliação do MEC nas Bibliotecas Setoriais da UFRGS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi motivada pela necessidade de saber como o bibliotecário da UFRGS vê a avaliação de sua biblioteca pelo MEC e como ela é realizada, se traz benefícios ou complicações e como se pode melhorar esse processo.

Uma das limitações dessa pesquisa foi justamente a leitura escassa sobre o assunto, principalmente no enfoque analisado. Mas mesmo com essa limitação, todos os objetivos específicos foram alcançados de maneira favorável. Como por exemplo: arrolar as dificuldades encontradas pelos bibliotecários durante o processo de avaliação, a maioria dessas dificuldades foram listadas e discutidas, dentro das possibilidades; identificar as implicações das visitas na ótica dos bibliotecários, a maioria das implicações foram ocasionadas, em sua maioria, antes da visita do MEC, o que foi visto com surpresa, pois se acreditava que essas implicações ocorriam nas três “esferas” da visita (antes, durante e depois); relacionar as principais sugestões em relação à avaliação externa *in loco* do MEC, muitas das sugestões foram surpreendentes e de fácil implantação, quem sabe um trabalho junto a Coordenação do SBUFRGS seja possível para esse objetivo ser alcançado de maneira favorável; e por último, discutir a importância da avaliação *in loco* segundo a percepção dos bibliotecários, essa foi outro objetivo atingido com satisfação, ver a importância da avaliação para os bibliotecários e as mudanças sugeridas para aqueles que não acham essa visita burocratizada tão importante assim. Enfim, foi uma surpresa, muitas vezes gratas, da visão desses bibliotecários que disponibilizaram um tempo para responder ao questionário.

Como objetivo geral era preciso analisar quais eram as implicações da avaliação *in loco* do MEC nas rotinas das bibliotecas setoriais da UFRGS. Nem todos os bibliotecários do SBUFRGS participaram da pesquisa, porém obteve-se uma amostra considerável de respostas desse universo inicialmente proposto, e com isso atingindo o objetivo geral, como mostrado no capítulo anterior, onde foram analisados e discutidos os dados.

A opção da escolha instrumento de coleta de dados ser o *Google Forms* se deu pelas razões explicitadas no capítulo de procedimentos metodológicos, no terceiro capítulo, principalmente para manter o anonimato do respondente e sua

liberdade de responder no momento que achar mais oportuno, gerando uma resposta mais precisa e fiel.

Todas as questões propostas foram respondidas fielmente pelos bibliotecários. As respostas, em algumas ocasiões, foram surpreendentemente verdadeiras e particulares, fato que ajudou bastante na análise das respostas.

Observou-se durante o transcorrer da pesquisa que a percepção sobre a visita do MEC e suas implicações são bem particulares, de cada bibliotecário. Algumas questões mostram que a maioria deles possuem um pensamento igual acerca de alguns temas, mas no geral, cada opinião é pessoal, devido a experiências anteriores.

Acredita-se que este trabalho se mostre relevante para os bibliotecários do SBUFRGS e quem sabe, sirva de base para a construção de um material sobre Avaliação do MEC em Bibliotecas Universitárias, e que possa ser distribuído a todos eles, sendo ou não o bibliotecário responsável pela biblioteca, visto que as informações aqui reunidas, falam a respeito da avaliação, como ela é realizada e da percepção dos bibliotecários que dela participam.

O que chamou a atenção na parte de análise de dados, foi o descaso da COMGRAD com alguns itens do instrumento de avaliação, que é a parte fundamental da visita e a falta de auxílio da coordenação da SBUFRGS sobre como proceder durante a mesma.

Concluiu-se que no fundo, o processo de avaliação do MEC ainda não engloba todos os produtos e serviços de uma Biblioteca Universitária (BU), e que esse fato contribua para a sua invisibilidade perante a Chefia da Unidade à qual a biblioteca está interligada.

Este estudo não tem a pretensão de modificar os indicadores das dimensões dos instrumentos de avaliação, mas sim abrir as portas para a discussão sobre um tema recorrente da vida profissional do bibliotecário de uma biblioteca universitária e que não é abordado durante a graduação, principalmente dentro da disciplina que trate especificamente sobre biblioteca universitária ou gestão de bibliotecas.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Propostas estatais voltadas à avaliação do ensino superior brasileiro: breve retrospectiva histórica do período 1983-2008. **REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Chile, v. 6, n. 4, p. 127-148, 2008. Disponível em: <http://www.rinace.net/reice/numeros/arts/vol6num4/art7_por.htm>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ANSOFF, H Igor.; MCDONNELL, Edward J. **Implantando a administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1993.

BARBALHO, Célia Regina Simonatti. **Qualidade, unidades de informação: uma parceria em busca de melhoria**. 1995 - Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Departamento de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1995.

BARCELOS, Maria Elisa Americano do Sul; GOMES, Maria Lúcia Barcelos Martins. Preparando sua biblioteca para avaliação do MEC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13, 2004. **Anais**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2004.

BARREYRO, G. B. Do provão ao SINAES: o processo de construção de um novo modelo de avaliação da educação superior. **Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior**, Campinas, v. 8, n. 4, p. 37-49, 2003.

BESE, Regina Macedo Boaventura. Um breve histórico da avaliação institucional no Brasil. **Revista Gestão Universitária**, n. 138, 2007. Disponível em: <<http://gestaouniversitaria.com.br/artigos/um-breve-historico-da-avaliacao-institucional-no-brasil>>. Acesso em: 10 out. 2016.

BLATTMAN, Ursula. **BV Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação: Fontes e Recursos na área de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Santa Catarina: UFSC, 2010. Disponível em: <<http://bib-ci.wikidot.com/o-que-sao-fontes-e-recursos-informacionais>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 5.773**, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/Decreton57731.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1930-1949/D19851.htm>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm>. Acesso em: 8 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Indicadores**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32253>>. Acesso em: 13 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CONAES n. 4**, de 17 de junho de 2010. Sobre o Núcleo Docente Estruturante - NDE. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.741**, de 12 de dezembro de 2011. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnólogo, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades: presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-1741-2011-12-12.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 386**, de 10 de maio de 2016. Aprova, em extrato, indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação nos graus de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado para as modalidades presencial e a distância, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2016/portaria_n386_2016.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Sistema nacional de avaliação da educação superior**. 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-acoes-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso em: 13 out. 2016.

_____. **SINAES**. 2011. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>>. Acesso em: 13 out. 2016.

BUENO, S.B. Utilização de recursos informacionais na educação. **PERSPECT. CIÊNC. INF.** Belo Horizonte, vol.14 n.1, Jan - Abr. 2009.

CARVALHO, Maria Carmem Romcy de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: Edições UFC; Brasília: ABDF, 1981.

DIAS, Eduardo José Wense. O papel de empreendedor na gerência de bibliotecas e serviços de informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 9-22, 1991.

DZIEKANIAK, Cibele Vasconcelos. Participação do bibliotecário nas comissões de avaliação do Ministério de Educação (MEC) nos processos de reconhecimento de cursos de graduação. **Biblos**. Rio Grande, RS, v. 18, p. 169-178, 2006. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/90/43>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ELLWANGER, Ronald José. **Regulamentação do ensino de graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. do Autor, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, Maria Aurea Montenegro Albuquerque; DIAS, Edna Maria Leite. **O ensino superior e as fragilidades das bibliotecas universitárias: uma análise à luz da avaliação do SINAES**. São Luis: FAMETRO, 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Conheça o INEP**. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em: 8 out. 2016.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. Relatório de pesquisa: bibliotecas universitárias, seus serviços e produtos-transposição de um modelo teórico de avaliação para um instrumento operacional. **Ponto de Acesso**: Revista do Instituto de Ciência da Informação da UFBA, Salvador, v. 8, n. 3, p. 5-61, 2014.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; VIEIRA, Sônia Chagas. **Biblioteca universitária brasileira**: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho: documento final consolidado a partir das contribuições dos Grupos de Trabalho do Seminário Avaliação da Biblioteca Universitária Brasileira. Salvador: EDUFBA, 2009.

MACEDO, Arthur Roquete de et al. Educação superior no século XXI e a reforma universitária brasileira. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 127-148, 2005.

MONTE, Francisca RF; SANTOS, Idê Borges. **Saberes e práticas da inclusão**. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Universidade e informação: a biblioteca universitária e os programas de educação a distância – uma questão ainda não resolvida. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro - v.1 n.4 ago/00. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/991/3/ARTIGO_UniversidadeInformacao.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2016.

NAKAMURA, Janete. **Fatores motivacionais**: estudo de casos dos recursos humanos em bibliotecas universitárias federais e em centros de documentação do sistema SEBRAE. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação), Brasília, DF, 1994. Brasília, DF : Universidade de Brasília, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 1994.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil**. Disponível em: <<https://construindoumaprendizado.files.wordpress.com/2012/11/a-estrutura-e-o-funcionamento-do-ensino-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

OLIVEIRA, Joelma Gualberto. Processo de avaliação do INEP/ MEC de Bibliotecas Universitárias pertencentes às instituições de educação privadas superiores de Belo Horizonte / MG. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 276, de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362010000300018>. Acesso em: 16 jul. 2016.

OLIVEIRA, Joelma Gualberto; DUMONT, Lígia. Avaliação das Bibliotecas Universitárias da Rede Privada de Ensino Superior pelo Ministério de Educação – INEP. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Rio de Janeiro, 11. 2010. **Anais**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

PEREIRA, Carla Purcina de Campos. Avaliação de desempenho e tomada de decisão em bibliotecas universitárias. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 18, n. 38, nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/31454>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

PINTO, Virgínia Bentes. Informação: a chave para a qualidade de sistemas de qualidade total. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 2, p.133-137, maio/ago.1993.

ROCHA, Mirian. **Avaliação de Bibliotecas Universitárias pelo MEC**. Elsevier Editora, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0zTvq8VZvO4&feature=youtu.be&utm_campaign=pos_webinar_mirian_-_duplicado&utm_medium=e-mail&utm_source=RD+Station>. Acesso em: 22 set. 2016.

SILVA, Fátima Santana da. **Administração de bibliotecas em instituições privadas de ensino superior**: uma abordagem discursiva a partir das novas demandas de acesso e uso da informação. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT/Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVEIRA, Nalin Ferreira. Evolução das bibliotecas universitárias: information commons. **Revista ACB – Associação Catarinense de Bibliotecários**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 8, 2014.

STREHL, L., SCHARNBERG, J., HOROWITZ, Z., CASTANHO, V. O método BiblioGrad para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, Brasil, 39, ago. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652010000300009>>. Acesso em: 22 set. 2016.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros et al. A relação expansão - avaliação da educação superior no período pós LDB/1996. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos, SP, v. 8, n. 1, p. 92-105, maio 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/15029/9317>>. Acesso em: 12 out. 2016.

TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. **Redes de conhecimento em ciências e o compartilhamento do conhecimento**. Tese (Doutorado em Educação em Ciências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37041/000819638.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Secretaria de Avaliação Institucional. **Composição das NAUs**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cpa/composicao-dos-naus>>. Acesso em: 08 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Secretaria de Avaliação Institucional. **Programa de Avaliação Institucional Permanente na UFRGS – 2ª Ciclo Avaliativo**: ênfase na avaliação interna. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sai/avaliacao-interna/2o-ciclo/programa>>. Acesso em: 08 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 51/97**, de 26/11/1997. Normas Gerais para Avaliação do Desempenho Didático dos Professores. Porto Alegre: UFRGS, 1997. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/resolucoes-normativas/resolucao-no-51-97-de-26-11-1997>>. Acesso em: 8 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Conselho Universitário. **Decisão nº 184/2009, de 19/06/2009. Aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFRGS no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cpa/legislacao/RegimentoCPA.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). **Histórico**. 2014. Disponível em: <<<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>>. Acesso em 2 out. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução n. 22/2012**, de 04/07/2012. Diretrizes para o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante nos Cursos de Graduação da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cepe/legislacao/resolucoes-normativas/resolucao-no-22-2012-de-04-07-2012>>. Acesso em: 8 out. 2016.

VANTI, Nadia. Ambiente de qualidade em uma biblioteca universitária: aplicação do 5S e de um estilo participativo de administração. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 3, p. 333-339, 1999.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS
EM RELAÇÃO À VISITA *IN LOCO* DO MEC/INEP NAS BIBLIOTECAS SETORIAIS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Caro(a) entrevistado(a), as questões que seguem pretendem averiguar sua percepção sobre a avaliação externa (visita *in loco*) do MEC/INEP nas Bibliotecas Setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A intenção é analisar a visão dos bibliotecários sobre a avaliação do MEC/INEP em suas bibliotecas. Gostaria, portanto, de contar com sua colaboração e compreensão nesta pesquisa. É válido lembrar que os dados serão tratados com sigilo e não há necessidade de se identificar, pois a pesquisa é anônima.

Peço, por gentileza, que as respostas retornem até o dia 11 de Novembro de 2016.

Agradeço sua colaboração.

Camila Neves – Aluna de Biblioteconomia

QUESTIONÁRIO

Este questionário, composto de 12 (doze) questões, é um instrumento de coleta de dados para um Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia.

1. Você participou de alguma visita de avaliação *in loco* do MEC/INEP?
 Sim
 Não
2. Você recebeu algum material com orientações sobre como proceder na visita *in loco* do MEC/INEP?
 Sim
 Não
3. Você participou de alguma atividade preparatória para a visita, como por exemplo, reunião com a Comissão de Graduação (COMGRAD)?
 Sim
 Não

4. Foi elaborada ou implementada alguma rotina distinta, à habitualmente praticada, para sanar possíveis lacunas para receber a Comissão de Avaliação do MEC/INEP na sua biblioteca?
- Sim. Qual(is)? _____
- Não
5. Após a visita do MEC/INEP, em sua biblioteca, foram implantadas novas rotinas de trabalho?
- Sim. Qual(is)? _____
- Não
6. Das fontes de informação abaixo elencadas, qual(is) você utiliza para sanar dúvidas sobre avaliação do MEC/INEP?
- Fonte Institucional
- Fonte Bibliográfica
- Fonte Pessoal
- Fonte Documental
7. Durante a visita *in loco* do MEC/INEP, houve alguma mudança no desenvolvimento de suas tarefas ou na rotina da biblioteca?
8. Quais as principais dificuldades encontradas referentes à visita do MEC/INEP?
9. Que tipo de ações preparatórias você sugere que sejam efetivadas antes da visita do MEC/INEP?
10. Na sua opinião, qual a importância da avaliação externa realizada pelo MEC/INEP para a Biblioteca Universitária?
11. Em relação à Biblioteca Universitária, como você interpreta a visita *in loco* do MEC/INEP?
12. Quais são as suas sugestões, quanto a estratégia, em relação às visitas de avaliação *in loco* do MEC/INEP?

ANEXO A - BIBLIOTECAS SETORIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Quadro 17 – Bibliotecas Setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

BIBLIOTECA	TEL.	E-MAIL	ÁREA DO CNPQ
Administração	3308-3840	biblioteca@ea.ufrgs.br	Ciências Sociais Aplicadas
Agronomia	3308-6004	bibagro@ufrgs.br	Ciências Agrárias
Arquitetura	3308-3408	bibbarq@ufrgs.br	Ciências Sociais Aplicadas
Artes	3308-4308	bibart@ufrgs.br	Linguística, Letras e Artes
Biblioteca Central	3308-3883	bcentral@bc.ufrgs.br	
Biblioteconomia e Comunicação	3308-5068	bibfbc@ufrgs.br	Ciências Sociais
Biociências	3308-7650	biblio@ufrgs.br	Ciências Biológicas
Botânica	3308-7681	bibbot@ufrgs.br	Ciências Biológicas
Campus Litoral Norte	3308-1306	bibcln@ufrgs.br	Ciências Exatas e da Terra/ Ciências Biológicas
Ceclimar	(51) 3627-1309 R. 1208 e 1256	bibcecli@ufrgs.br	Ciências Exatas e da Terra/ Ciências Biológicas
Ciência e Tecnologia de Alimentos	3308-6675	bibicta@ufrgs.br	Ciências Agrárias
Ciências Básicas da Saúde	3308-3917	bibicbs@ufrgs.br	Ciências da Saúde
Ciências Econômicas	3308-3514	bibeco@ufrgs.br	Ciências Sociais Aplicadas
Ciências Sociais e Humanidades	3308-7289	bibcsh@ufrgs.br	Ciências Humanas
Direito	3308-3480	bibdir@ufrgs.br	Ciências Sociais Aplicadas
Educação	3308-3620	bibfaced@ufrgs.br	Ciências Humanas
Educação Física	3308-5813	bibesef@ufrgs.br	Ciências da Saúde
Enfermagem	3308-5070	bibenf@ufrgs.br	Ciências da Saúde
Engenharia	3308-4253	bibeng@ufrgs.br	Engenharias
Farmácia	3308-5234	bibfar@ufrgs.br	Ciências da Saúde
Física	3308-6417	bibfis@ufrgs.br	Ciências Exatas e da Terra
Geociências	3308-6402	bibgeo@ufrgs.br	Ciências Exatas e da Terra
Informática	3308-6163	biblioteca@inf.ufrgs.br	Ciências Exatas e da Terra
Matemática	3308-6228	mat-biblioteca@ufrgs.br	Ciências Exatas e da Terra
Medicina	3308-5622	bibmed@ufrgs.br	Ciências da Saúde
Nações Unidas	3308-3472	bibonu@ufrgs.br	Ciências Sociais Aplicadas
Odontologia	3308-5186	bibodo@ufrgs.br	Ciências da Saúde
Pesquisas Hidráulicas	3308-6410	bibiph@ufrgs.br	Engenharias
Psicologia	3308-5236	bibpsico@ufrgs.br	Ciências Humanas
Química	3308-6280	bibqui@ufrgs.br	Ciências Exatas e da Terra
Veterinária	3308-6118	bibvet@ufrgs.br	Ciências Agrárias

Fonte: Autora (2016).

**ANEXO B – CENSO MEC ANO BASE 2014 (2014-2015) DAS BIBLIOTECAS
SETORIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Biblioteca	Assentos*	Número de Empréstimos Domiciliares**	Número de Empréstimos entre Bibliotecas*	Quantidade de Consulta Presencial?***	Realiza Comutações Bibliográficas?*
BIBADM	70	148.882	15	Não tem coleta	Sim
BIBAGRO	50	24.731	13	1333	Sim
BIBAPL	85	31.028	0	150/dia	Não
BIBARQ	84	74.815	1	3309	Sim
BIBART	19	63.632	31	2125	Sim
BC	35	8.816	43	1530	Sim
BIBBIO	13	63.200	2	Não	Sim
BIBBOT	12	14.216	0	80 /MES	Não
BIBCBS	58	113.520	5	6572	Sim
BIBCECL	20	10.807	311	5167	Não
BIBCLN	21	1.064	0	10	Não
BIBCPD	6	3.479	0	Dado não coletado	Não
BIBDIR	36	291.636	15	4837	Sim
BIBECO	136	163.295	292	1142	Sim
BIBEDU	62	197.071	0	1600	Sim
BIBENF	72	65.997	0	2000	Sim
BIBENG	134	221.115	139	770	Sim
BIBESEF	45	61.738	2	16.000 - 22.000	Sim
BIBFAR	36	28.311	66	868	Sim
BIBFBC	28	180.250	104	7.130	Sim
BIBFIS	90	139.918	0	156 livros e 32 periódicos ²	Sim
BIBGEO	67	103.104	0	1752	Sim
BIBICTA	35	13.782	1	893	Sim
BIBINF	91	81.781	45	300 por dia	Sim
BIBIPH	55	36.440	0	40/dia	Sim
BIBMAT	50	183.355	0	60 média/dia	Sim
BIBMED	100	108.706	0	Dado não coletado	Sim
BIBODO	65	62.593	145	Dado não coletado	Sim
BIBONU	24	3.591	0	3496	Não
BIBPSICO	50	113.413	2	1.218	Sim
BIBQUI	48	96.307	0	1907	Sim
BIBSCSH	0	346.606	0	53	Sim
BIBVET	47	22.715	14	1844	Sim

² Empréstados de forma manual para consulta local devido impossibilidade do empréstimo pelo SABi (todos os itens são empréstados na Biblioteca, mesmo com a finalidade de consulta local)

Biblioteca	Realiza Comutações Bibliográficas?*	Oferece Serviços pela Internet?*	Número de Usuários treinados em Programas de Capacitação?*	Possui Rede sem Fio?*
BIBADM	Sim	Sim	60	Sim
BIBAGRO	Sim	Sim	133	Sim
BIBAPL	Não	Não	200	Sim
BIBARQ	Sim	Sim	não contabilizado	Sim
BIBART	Sim	Sim	Não houve treinamento em 2014	Sim
BC	Sim	Sim	465	Sim
BIBBIO	Sim	Sim	0	Sim
BIBBOT	Não	Não	0	Sim
BIBCBS	Sim	Sim	228	Sim
BIBCECL	Não	Sim	12	Sim
BIBCLN	Não	Sim	107	Sim
BIBCPD	Não	Sim	Serviço não oferecido	Sim
BIBDIR	Sim	Sim	Sem estatística	Sim
BIBECO	Sim	Sim	607	Sim
BIBEDU	Sim	Sim	150	Sim
BIBENF	Sim	Sim	50	Sim
BIBENG	Sim	Sim	103	Sim
BIBESEF	Sim	Sim	395	Sim
BIBFAR	Sim	Sim	110	Sim
BIBFBC	Sim	Sim	62	Sim
BIBFIS	Sim	Sim	65	Sim
BIBGEO	Sim	Sim	60 usuarios/ano	Sim
BIBICTA	Sim	Sim	48	Sim
BIBINF	Sim	Sim	em torno de 10	Sim
BIBIPH	Sim	Sim	0	Sim
BIBMAT	Sim	Sim	75	Sim
BIBMED	Sim	Não	716	Sim
BIBODO	Sim	Sim	97 usuários	Sim
BIBONU	Não	Sim	120	Não
BIBPSICO	Sim	Sim	100	Sim
BIBQUI	Sim	Não	-	Sim
BIBSCSH	Sim	Sim	30	Sim
BIBVET	Sim	Sim	62	Sim

Biblioteca	A Biblioteca Participa de Redes Sociais?*	Itens do Acervo Impresso**	Oferece Condições de Acessibilidade?*	Possui atendente ou Membro da Equipe de Atendimento Treinado na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS?*
BIBADM	Sim	38407	Sim	Sim
BIBAGRO	Não	51964	Sim	Sim
BIBAPL	Sim	24953	Sim	Não
BIBARQ	Não	43813	Sim	Não
BIBART	Sim	36861	Não	Não
BC	Sim	122233	Sim	Sim
BIBBIO	Não	49142	Não	Não
BIBBOT	Não	13663	Não	Não
BIBCBS	Sim	58758	Sim	Não
BIBCECL	Não	8327	Não	Não
BIBCLN	Não	1684	Sim	Não
BIBCPD	Não	3091	Não	Não
BIBDIR	Sim	61755	Sim	Não
BIBECO	Não	91182	Sim	Sim
BIBEDU	Não	92170	Sim	Não
BIBENF	Sim	36647	Sim	Não
BIBENG	Sim	166476	Sim	Não
BIBESEF	Sim	35827	Não	Sim
BIBFAR	Não	20856	Não	Não
BIBFBC	Sim	61666	Não	Não
BIBFIS	Sim	119473	Não	Não
BIBGEO	Não	59709	Sim	Não
BIBICTA	Não	15152	Não	Não
BIBINF	Não	27773	Sim	Não
BIBIPH	Não	28904	Não	Não
BIBMAT	Não	56334	Não	Não
BIBMED	Sim	180692	Sim	Não
BIBODO	Não	31675	Sim	Não
BIBONU	Sim	20552	Sim	Não
BIBPSICO	Não	41551	Sim	Não
BIBQUI	Sim	62574	Não	Não
BIBSCSH	Sim	194108	Não	Sim
BIBVET	Não	32103	Não	Não

Biblioteca	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Sinalização Tátil?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Rampa de Acesso com Corrimão?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Entrada/Saída com dimensionamento?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Ambientes desobstruídos que facilitem a movimentação de cadeirantes e pessoas com deficiência visual?*
BIBADM	Não	Não	Sim	Sim
BIBAGRO	Não	Não	Sim	Sim
BIBAPL	Não	Não	Não	Sim
BIBARQ	Não	Não	Sim	Sim
BIBART	Não	Não	Não	Não
BC	Não	Sim	Sim	Sim
BIBBIO	Não	Não	Não	Não
BIBBOT	Não	Não	Não	Não
BIBCBS	Não	Não	Sim	Sim
BIBCECL	Não	Não	Não	Não
BIBCLN	Não	Não	Sim	Sim
BIBCPD	Não	Não	Não	Não
BIBDIR	Não	Sim	Sim	Não
BIBECO	Não	Não	Sim	Sim
BIBEDU	Não	Não	Não	Sim
BIBENF	Não	Não	Sim	Não
BIBENG	Não	Não	Sim	Sim
BIBESEF	Não	Sim	Não	Não
BIBFAR	Não	Não	Não	Não
BIBFBC	Não	Sim	Não	Não
BIBFIS	Não	Não	Sim	Sim
BIBGEO	Não	Sim	Sim	Não
BIBICTA	Não	Não	Não	Não
BIBINF	Não	Não	Sim	Sim
BIBIPH	Sim	Não	Sim	Não
BIBMAT	Não	Não	Não	Não
BIBMED	Não	Não	Sim	Sim
BIBODO	Não	Não	Sim	Não
BIBONU	Não	Sim	Não	Sim
BIBPSICO	Não	Não	Não	Não
BIBQUI	Não	Não	Sim	Sim
BIBSCSH	Não	Não	Sim	Não
BIBVET	Não	Não	Sim	Sim

Biblioteca	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Bebedouros e lavabos adaptados?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Sinalização Sonora?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Sinalização Visual?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Equipamento eletromecânico (elevador, esteira rolante, etc)?*
BIBADM	Não	Não	Não	Não
BIBAGRO	Não	Não	Sim	Sim
BIBAPL	Não	Não	Sim	Não
BIBARQ	Não	Não	Sim	Não
BIBART	Não	Não	Não	Não
BC	Não	Não	Não	Sim
BIBBIO	Não	Não	Não	Não
BIBBOT	Não	Não	Não	Não
BIBCBS	Não	Não	Não	Sim
BIBCECL	Não	Não	Não	Não
BIBCLN	Não	Não	Sim	Não
BIBCPD	Não	Não	Não	Não
BIBDIR	Não	Não	Sim	Sim
BIBECO	Não	Não	Não	Não
BIBEDU	Não	Não	Sim	Sim
BIBENF	Não	Não	Sim	Não
BIBENG	Sim	Não	Sim	Não
BIBESEF	Não	Não	Não	Não
BIBFAR	Não	Não	Não	Sim
BIBFBC	Não	Não	Sim	Não
BIBFIS	Não	Não	Não	Não
BIBGEO	Não	Não	Sim	Não
BIBICTA	Não	Não	Sim	Não
BIBINF	Não	Não	Não	Não
BIBIPH	Não	Não	Sim	Não
BIBMAT	Não	Não	Sim	Não
BIBMED	Não	Não	Sim	Sim
BIBODO	Não	Não	Não	Não
BIBONU	Não	Não	Sim	Sim
BIBPSICO	Não	Não	Sim	Não
BIBQUI	Não	Não	Sim	Não
BIBSCSH	Sim	Não	Não	Não
BIBVET	Não	Não	Não	Não

Biblioteca	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Banheiros Adaptados?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Espaço de Atendimento Adaptado?*	Referente à Acessibilidade Arquitetônica ou Física: A Biblioteca possui Mobiliário Adaptado?*	Referente à Acessibilidade de Conteúdo: A Biblioteca possui Acervo em formato especial (Braille/Sonoro)?*
BIBADM	Não	Não	Não	Não
BIBAGRO	Sim	Sim	Não	Não
BIBAPL	Não	Não	Não	Sim
BIBARQ	Não	Não	Sim	Não
BIBART	Não	Não	Não	Não
BC	Não	Sim	Sim	Não
BIBBIO	Não	Não	Não	Não
BIBBOT	Não	Não	Não	Não
BIBCBS	Sim	Não	Não	Não
BIBCECL	Não	Não	Não	Não
BIBCLN	Sim	Não	Não	Não
BIBCPD	Não	Não	Não	Não
BIBDIR	Sim	Não	Não	Não
BIBECO	Não	Não	Não	Não
BIBEDU	Sim	Não	Não	Sim
BIBENF	Não	Sim	Não	Não
BIBENG	Sim	Sim	Sim	Não
BIBESEF	Não	Não	Não	Sim
BIBFAR	Sim	Não	Não	Não
BIBFBC	Não	Não	Não	Não
BIBFIS	Não	Não	Não	Não
BIBGEO	Não	Não	Não	Não
BIBICTA	Não	Não	Não	Não
BIBINF	Não	Não	Não	Não
BIBIPH	Não	Não	Não	Não
BIBMAT	Não	Não	Sim	Não
BIBMED	Sim	Sim	Sim	Não
BIBODO	Não	Não	Não	Não
BIBONU	Sim	Não	Não	Sim
BIBPSICO	Não	Não	Não	Não
BIBQUI	Não	Não	Não	Não
BIBSCSH	Não	Não	Não	Não
BIBVET	Não	Não	Não	Não

Biblioteca	Referente à Acessibilidade de Conteúdo: A Biblioteca possui Sítios e aplicações desenvolvidos para que pessoas percebam, compreendam, naveguem e utilizem serviços oferecidos?*	Referente à Acessibilidade de Conteúdo: A Biblioteca possui Plano de Aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em formato especial?*	Referente à Acessibilidade Tecnológica: A Biblioteca Disponibiliza <i>software</i> de leitura para pessoas com baixa visão?*	Referente à Acessibilidade Tecnológica: A Biblioteca Disponibiliza impressoras em Braille?*	Referente à Acessibilidade Tecnológica: A Biblioteca Possui Teclado Virtual?*
BIBADM	Não	Não	Não	Não	Não
BIBAGRO	Sim	Não	Não	Não	Não
BIBAPL	Sim	Não	Não	Não	Não
BIBARQ	Não	Não	Não	Não	Não
BIBART	Não	Não	Não	Não	Não
BC	Não	Não	Não	Não	Sim
BIBBIO	Não	Não	Não	Não	Não
BIBBOT	Não	Não	Não	Não	Não
BIBCBS	Não	Não	Não	Não	Não
BIBCECL	Não	Não	Não	Não	Não
BIBCLN	Não	Não	Não	Não	Não
BIBCPD	Não	Não	Não	Não	Não
BIBDIR	Não	Não	Não	Não	Não
BIBECO	Sim	Não	Sim	Não	Não
BIBEDU	Não	Não	Não	Não	Não
BIBENF	Sim	Não	Não	Não	Não
BIBENG	Não	Não	Sim	Não	Não
BIBESEF	Sim	Não	Não	Não	Não
BIBFAR	Não	Não	Não	Não	Não
BIBFBC	Não	Não	Não	Não	Não
BIBFIS	Não	Não	Não	Não	Não
BIBGEO	Sim	Sim	Não	Não	Não
BIBICTA	Não	Não	Não	Não	Não
BIBINF	Não	Não	Não	Não	Não
BIBIPH	Não	Não	Não	Não	Não
BIBMAT	Não	Não	Não	Não	Não
BIBMED	Não	Não	Não	Não	Não
BIBODO	Não	Não	Não	Não	Não
BIBONU	Sim	Não	Não	Não	Não
BIBPSICO	Não	Não	Sim	Não	Não
BIBQUI	Sim	Não	Não	Não	Não
BIBSCSH	Não	Não	Não	Não	Não
BIBVET	Sim	Não	Não	Não	Não

**ANEXO C - AVALIAÇÕES DO MEC EM BIBLIOTECAS SETORIAIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Quadro 18 – Avaliações do MEC em Bibliotecas Setoriais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CURSO	DATA DA VISITA	CONCEITO FINAL	Nº PROCESSO	ÁREA DO CNPQ
Ciências Biológicas – ênfase Biologia Marinha e Costeira – R	01/12/2010 a 04/12/2010	4	200909820	Ciências Biológicas
Ciências Biológicas – ênfase Gestão Ambiental - R	28/11/2010 a 01/12/2010	5	200909819	Ciências Biológicas
Design Visual - R	24/03/2011 a 26/03/2011	4	200909822	Linguística, Letras e Artes
Engenharia de Controle e Automação – R	01/06/2011 a 04/06/2011	5	201011391	Engenharias
Fonoaudiologia – R	05/06/2011 a 08/06/2011	4	201011869	Ciências da Saúde
Design de Produto – R	19/06/2011 a 22/06/2011	4	200909821	Ciências Sociais Aplicadas
Museologia – R	01/06/2011 a 04/06/2011	2	201011391	Ciências Sociais Aplicadas
Química Industrial – RR	09/05/2012 a 02/05/2012	4	201014843	Ciências Exatas e da Terra
Psicologia – RR	09/05/2012 a 12/05/2012	5	201101113	Ciências Humanas
Geologia – RR	09/05/2012 a 12/05/2012	5	201014837	Ciências Exatas e da Terra
Fisioterapia – R	10/06/2012 a 13/06/2012	4	201106784	Ciências da Saúde
Engenharia Ambiental - R	15/08/2012 a 18/08/2012	5	200913922	Engenharias
Ciências Biológicas – Bacharelado –RR	04/11/2012 a 07/11/2012	4	201107627	Ciências Biológicas
Artes Visuais – Bacharelado – RR	21/04/2013 a 24/04/2013	4	201113953	Linguística, Letras e Artes
Música EAD – R	05/05/2013 a 08/05/2013	5	200913923	Linguística, Letras e Artes
Análise de Políticas e Sistemas de Saúde – R	15/05/2013 a 18/05/2013	5	201113283	Ciências da Saúde
Políticas Públicas – R	16/06/2013 a 19/06/2013	5	201210481	Ciências Humanas
Ciências Atuariais – RR	17/07/2013 a 20/07/2013	5	201116321	Ciências Exatas e da Terra
Educação Física – Licenciatura – RR	20/11/2013 a 23/11/2013	4	201217000	Ciências da Saúde
Letras Inglês EAD – R	02/02/2014 a 05/02/2014	4	201204870	Linguística, Letras e Artes
Teatro Licenciatura – RR	09/03/2014 a 12/03/2014	3	201351359	Linguística, Letras e Artes
Matemática EAD – R	12/03/2014 a 15/03/2014	4	201205722	Ciências Exatas e da Terra
Engenharia Cartográfica – RR	23/03/2014 a 26/03/2014	4	201352305	Engenharias
Pedagogia EAD - R	02/04/2014 a	4	200914502	Linguística, Letras e

	05/04/2014			Artes
Ciências Biológicas EAD – R	04/05/2014 a 07/05/2014	4	201204678	Ciências Biológicas
Dança – R	03/08/2014 a 06/08/2014	5	201107336	Linguística, Letras e Artes
PLAGEDER – R	03/08/2014 a 06/08/2014	4	200901755	
Engenharia Física – R	03/08/2014 a 06/08/2014	4	201306022	Engenharias
Biotecnologia – R	03/08/2014 a 06/08/2014	5	201357834	Ciências Biológicas
Artes Visuais EAD – R	17/08/2014 a 20/08/2014	4	201204708	Linguística, Letras e Artes
Engenharia de Controle e Automação – RR	03/09/2014 a 06/09/2014	4	201349363	Engenharias
Engenharia de Energia – R	14/09/2014 a 17/09/2014	4	201306025	Engenharias
Zootecnia – R	22/04/2015 a 25/04/2015	4	201414099	Ciências Agrárias
Engenharia de Minas – RR	09/09/2015 a 12/09/2015	5	201352308	Engenharias
Medicina – RR	21/02/2016 a 24/02/2016	4	201418265	Ciências da Saúde
Serviço Social – R	02/03/2016 a 05/03/2016	5	201306028	Ciências Sociais Aplicadas
Museologia – R	09/03/2016 a 12/03/2016	4	200914592	Ciências Sociais Aplicadas
Relações Públicas – RR	13/03/2016 a 16/03/2016	5	201410931	Ciências Sociais Aplicadas

Fonte: Secretaria de Avaliação Institucional (2016).

ANEXO D – DESCRIÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA SETORIAL

DESCRIÇÃO DA BIBLIOTECA DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO DA UFRGS (FABICO/UFRGS)

A Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (FABICO) da UFRGS é uma das 32 bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFRGS (SBUFRGS).

Está situada no quarto andar do prédio da Faculdade, ocupando cerca de 429,76m², distribuídos em áreas de acesso livre: acervo, área para leitura, área de computadores, e áreas de uso interno: serviços técnicos, sala da chefia, banheiro e reserva técnica ou depósito.

O acervo da Biblioteca da Fabico está composto basicamente de material impresso das áreas específicas dos seis cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCom). Além do material impresso, também estão presentes no acervo, materiais especiais como CDs, DVDs e documentos eletrônicos.

Outras áreas complementares também se encontram representadas no acervo. São elas: Administração, Cinema, Filosofia, Fotografia, História, Literatura, Marketing, Metodologia da Pesquisa, Semiologia, Sociologia, Turismo, entre outras.

O acervo de livros, atualmente com cerca de 16.702 títulos (29.804 mil volumes) e o acervo de periódicos, com 536 títulos, estão divididos da seguinte forma, nas áreas específicas dos cursos de graduação:

- **Arquivologia:** 468 títulos de livros; 13 títulos de periódicos;
- **Biblioteconomia e Ciência da Informação:** 2.387 títulos de livros; 154 títulos de periódicos;
- **Comunicação:** 6.064 títulos de livros; 239 títulos de periódicos;
- **Museologia:** 286 títulos de livros; 9 títulos de periódicos;
- **Outras áreas:** 7.497 títulos de livros; 121 títulos de periódicos.

Além dos livros a Biblioteca possui ainda os seguintes materiais:

- 759 teses e dissertações,
- 3.057 trabalhos de conclusão de curso (impressos e eletrônicos),
- 749 CD-ROMs,
- 284 DVDs e
- 2.008 folhetos, além de materiais em formato eletrônico, disponibilizados através do Repositório Institucional da UFRGS – Lume.

As coleções estão armazenadas em estantes de aço, face dupla, de acesso livre aos usuários, estando separados por tipo de material: livros, periódicos, livros de referência, periódicos de referência, teses e dissertações, trabalhos de conclusão de curso impressos. Em arquivos de aço, de pastas suspensas, encontra-se a coleção de folhetos, também de acesso livre aos usuários. Em um armário de aço, fechado, no balcão de atendimento, encontram-se os CDs e DVDs.

Os itens, tanto de livros quanto de periódicos, considerados de pouca consulta ou de caráter histórico, foram retirados do acervo geral e dispostos em uma sala denominada inicialmente de reserva técnica ou depósito. Nesse ambiente foram armazenados livros e periódicos, em estantes de aço, face simples, ao longo das paredes. Os livros estão em ordem de classificação, como no acervo geral, e a coleção de periódicos, em ordem alfabética de título e cronológica, devidamente acondicionados em pacotes de papel neutro e com a indicação do título e período da coleção. Os jornais ou revistas de caráter histórico foram acondicionados em pastas ou caixas em polionda e devidamente identificados. Esses itens não estão disponíveis para empréstimo, somente para consulta eventual e mediante solicitação.

Possui sinalização clara na área do acervo, indicando as coleções de livros, periódicos, folhetos, material de referência, teses e dissertações. Em cada estante possui uma indicação da localização das áreas de assunto para livros e de títulos para os periódicos.

A comunidade acadêmica da Faculdade tem ao seu dispor os acervos e serviços de todo o SBUFRGS. O acervo global do Sistema de Bibliotecas é composto atualmente por mais de 720 mil volumes de livros impressos, 34.746 e-books e mais 15 mil títulos de periódicos.

A Universidade possui política de atualização do acervo de graduação institucionalizada e publicada em importante periódico científico brasileiro da áreaⁱ

bem como política definida de inserção de produção intelectual dos docentes e técnico-administrativos no catálogo online SAbi.

Cada biblioteca do SBUFRGS, dentro da sua área específica de atuação, é a responsável pelo registro, armazenamento e difusão da produção intelectual (PI) dos docentes de cada unidade no catálogo online SAbi, com o objetivo de preservar a memória institucional e proporcionar ampla divulgação e acesso à produção intelectual gerada na UFRGS.

Além disso, a Universidade oferece acesso a todo o conteúdo do Portal de Periódicos CAPES, que disponibiliza hoje mais de 37 mil títulos de periódicos e bases de dados multidisciplinares como:

- ✓ Academic Search Premier - ASP (EBSCO),
- ✓ Applied Social Sciences Index and Abstracts - ASSIA (ProQuest),
- ✓ Cambridge E-books
- ✓ Ebsco Host,
- ✓ Minha Biblioteca,
- ✓ MIT Press,
- ✓ OAPEN,
- ✓ PROQUEST Dissertations & Theses Global,
- ✓ SCOPUS (Elsevier),
- ✓ Web of Science (Thomson Reuters Scientific),
- ✓ Wiley E-books.

Bases de dados específicas das áreas, como

- ✓ Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text (EBSCO);
- ✓ Information Science & Technology Abstracts - ISTA (EBSCO).

A Universidade complementa, com aquisições institucionais, o que o Portal não contempla, como é o caso da ABNT Coleção (incluindo todas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas referentes à elaboração de trabalhos acadêmicos), e de coleções de livros eletrônicos de importantes editoras acadêmicas como Springer e Elsevier, bem como das editoras nacionais Zahar e

Atheneu, que alunos, professores e técnicos podem acessar de qualquer computador ligado à rede da Universidade ou remotamente através de proxy.

A Universidade disponibiliza também o portal de acesso às coleções digitais produzidas no âmbito da instituição e outros documentos que, por sua área de abrangência e/ou pelo seu caráter histórico, são de interesse da universidade, centralizando sua preservação e difusão. Trata-se do Lume - Repositório Institucional da UFRGS [www.lume.ufrgs.br].

O Lume tem por objetivo reunir, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente aos documentos acadêmicos, científicos, artísticos e administrativos gerados na Universidade, bem como às suas coleções históricas, e a outros documentos de relevância para a instituição, que fazem parte de suas coleções, embora não produzidos por ela, maximizando a visibilidade e uso desses recursos. Utiliza o *software* livre DSpace, desenvolvido pelo MIT e HP, compatível com o Protocolo de Arquivos Abertos (OAI), permitindo que os documentos sejam facilmente coletados através de uma expressão OAI precedida pela URL <http://lume.ufrgs.br/oai/reques>. Os metadados utilizados para descrição dos documentos digitais seguem o padrão Dublin Core e o sistema CNRI Handle é usado para designar identificadores permanentes para cada documento disponível no Repositório.

Os documentos digitais que integram as coleções do Lume podem conter texto, imagem, vídeo e áudio, e são, em sua maioria, de acesso livre. Em alguns casos, o acesso é restrito à comunidade da UFRGS.

Os serviços de biblioteca estão todos automatizados: reservas e renovação de livros pela internet, empréstimo domiciliar, serviço de comutação bibliográfica no país e no exterior e outros. As bibliotecas do SBUFRGS oferecem 1.779 assentos para leitura. Destes, 50 estão na Biblioteca da Fabico, sendo 17 em área destinada ao uso de computadores para pesquisas. A comunidade acadêmica tem acesso a todas as bibliotecas do SBUFRGS, podendo realizar empréstimos, renovações e reservas dos acervos.

A Biblioteca da Fabico oferece também orientação no preparo de trabalhos acadêmicos com relação ao uso das normas da ABNT. Possui em seu site um manual para elaboração de trabalhos acadêmicos que pode ser baixado pelos alunos (www.ufrgs.br/bibfbc). Oferece semestralmente workshops visando a capacitação informacional dos seus usuários: um destinado aos alunos calouros e

outro destinado ao público em geral, orientando no uso do Portal de Periódicos Capes. Orienta seus usuários, individualmente, sob demanda, quanto ao uso das ferramentas de pesquisa disponíveis no Portal da Biblioteca Central (www.biblioteca.ufrgs.br).

ⁱ STREHL, L., SCHARNBERG, J., HOROWITZ, Z., CASTANHO, V. O método BiblioGrad para avaliação de acervos de livros de graduação: instrumento para gestão de recursos para aquisição em um sistema de bibliotecas universitárias. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, Brasil, 39, ago. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652010000300009> Acesso em: 12 Jul. 2013.